

Nada mais nocivo aos interesses do país

Bolsonaro põe sob ataque soberania do Brasil na Amazônia

HORA DO POVO
ANO XXIX - Nº 3.722 28 e 29 de Agosto de 2019



Mapa das queimadas na Amazônia de 15 a 22 de agosto

Sinal verde às milícias do campo e caça a Inpe e aos fiscais do Ibama

Bolsonaro, com suas ações e declarações a favor de criminosos ambientais, levou o país a uma situação em que o G7 – o grupo de países imperialistas, em que não há um só país amazônico – coloca a Amazônia em sua pauta e aparece até a exumação da caducata de “internacionalização” daquilo que é brasileiro. Pela primeira vez as acusações a um governo do Brasil, sobre a Amazônia, são verdadeiras – à luz dos incêndios e clareiras abertas pelo aumento do desmatamento, enquanto é desmontada a fiscalização, cortadas as verbas do Ibama e os resultados do Inpe chamados de “mentirosos”. **Pág. 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Roque de Sá - Agência Senado



Senado derruba o trabalho aos domingos da “minirreforma”

Na quarta-feira, 21, o Senado Federal rejeitou a liberação do trabalho aos domingos e feriados, prevista na Medida Provisória 881/2019, votada pela Câmara. O ponto era o mais polêmico da medida, que ficou conhecida como “minirreforma trabalhista”. **P.5**

Trump sugere atacar furacões com explosão de bomba atômica

De acordo com o portal norte-americano Axios, o presidente dos EUA, Donald Trump, sugeriu o uso de armas nucleares contra furacões para impedi-los de atingir o país. “Por que nós não os matamos? Enquanto eles estão se movendo através do Atlântico, nós soltamos uma bomba dentro do olho do furacão e isso o desfaz”, disse, provocando espanto. **Pág. 6**

Reprovação ao governo dobra e rejeição a Bolsonaro vai a 53,7%

Reprodução redes sociais



MP alertou dia 7 sobre o “Dia do Fogo” e governo nada fez

No último dia 7, três dias antes do “Dia do Fogo”, o Ministério Público Federal (MPF) do Pará enviou um documento ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (Ibama), órgão do Ministério do Meio Ambiente, alertando que produtores rurais pretendiam fazer queimadas em Novo Progresso e Altamira, como forma de manifestação. O

ofício do MP foi ignorado. Segundo reportagem do Globo Rural, no dia 10 de agosto, mais de 70 pessoas combinaram, através de grupo no Whatsapp, de atear fogo nas margens da BR-

163. A ideia era mostrar ao presidente da República Jair Bolsonaro que apoiam suas ideias de afrouxar a fiscalização do Ibama. O plano foi divulgado pelo jornal Folha do Progresso. **Página 3**

Reprodução



Leci Brandão resalta exemplo que o Professor Eduardo deixou

Na noite da sexta-feira (23), a Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) prestou homenagem ao Professor Eduardo de Oliveira, líder do movimento negro e da luta pela libertação nacional, que completaria 93 anos neste mês de agosto. **Página 4**

O governo de Bolsonaro (PSL) é avaliado como ruim ou péssimo por 39,5% da população, conforme pesquisa divulgada na segunda-feira (26) pelo instituto MDA em parceria com a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Em fevereiro, esse índice era de 19% – uma elevação de 20,5 pontos percentuais em seis meses. A reprovação ao desempenho pessoal de Bolsonaro também cresceu e foi para 53,7% em agosto, ante 28,2% em fevereiro. A aprovação dele desceu de 57,5% para 41% agora. **Página 3**



Moro já sente a corda no pescoço com a mais nova estocada do ‘Mito’

“Com todo respeito a ele [Moro], mas não esteve comigo durante a campanha”, afirmou Bolsonaro, em uma nova estocada no ministro. Bolsonaro estava retrucando a um internauta que lhe pediu: “cuide bem do ministro Moro”. **P. 3**

Com nova queda, BC prevê que PIB só cresce 0,80%

O boletim semanal Focus do Banco Central (BC) voltou a rebaixar a previsão de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para este ano, passando de 0,83% a 0,80%. Quanto à produção industrial, a previsão de crescimento caiu para 0,08%. **Página 2**

Ciro quer impedir destruição da Embraer pela Boeing

10 milhões fazem bico e vivem com menos de um salário mínimo no Brasil

Através dos dados mensais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos acompanhado no último período um fenômeno típico da crise: o aumento do desemprego, especialmente pelo fechamento de postos formais, e uma migração de trabalhadores para o mercado precário como alternativa à falta de trabalho.

De acordo com dados da última Pnad, o número de pessoas que trabalham por conta própria – ou seja, sem empregador, sem funcionário, sem direitos e sem renda fixa – chegou a 24,1 milhões de pessoas no fechamento do segundo trimestre de 2019. Desde 2017, este número cresceu desproporcionalmente ao emprego com carteira assinada e hoje já representa 25,9% do total de empregados do país.

Um novo recorde da série histórica, segundo o IBGE. O número de trabalhadores por conta própria, ou aqueles que buscam o chamado “bico” para sobreviver à crise, subiu nas duas comparações: 1,6% (mais 391 mil pessoas) frente ao trimestre anterior e 5,0% (mais 1.156 mil pessoas) frente ao mesmo período de 2018.

Um levantamento inédito feito pela consultoria IDados para reportagem do Valor Econômico, divulgado na quarta-feira (21), revelou mais um dado perverso sobre a realidade dos brasileiros que trabalham por conta própria: 41,7% destes vivem com menos de um salário mínimo por mês, isto é, R\$ 998 mensais. Em números, isto representa R\$ 10,1 milhões de pessoas.

3,6 milhões de trabalhadores vivem com 300 por mês

Um recorte cruel deste percentual é a faixa de 15% de trabalhadores por conta própria que tem rendimento de R\$ 300 reais por mês – ou R\$ 10 reais por dia. Este valor é menos do que o necessário para comprar uma cesta básica em São Paulo, que hoje custa R\$ 493,16, por exemplo, conforme comparou a reportagem.

Para quem diz que o problema é a falta de qualificação, o responsável pela pesquisa reitera que essas ocupações precárias são um fenômeno do desemprego, uma válvula para a falta de ofertas de emprego. “São trabalhos informais, sem piso salarial e algumas vezes com pessoas sobrequalificadas exercendo. São os trabalhos em que também mais se encontra pessoas em situação de pobreza”, disse Bruno Ottoni, da IDados.

Essas pessoas estão ocupadas em segmentos sobretudo dos serviços e comércio, como camelôs, ambulantes, pedreiros, motoristas de aplicativo. Uma outra parcela está em atividades agrícolas, e outra está na chamada indústria geral, sobretudo de baixa tecnologia, apurou a pesquisa.

Além do evidente problema para o consumo, as condições de vida e sobrevivência dessas pessoas – que inclusive não contribuem para a previdência – é da ordem de grande preocupação macroeconômica.

“Quando projetamos os números do mercado de trabalho, fazemos uma correlação forte de emprego e PIB”, disse Ottoni. O PIB (Produto Interno Bruto) do país deve crescer menos do que 1% este ano, se muito, segundo aposta do Banco Central e do mercado financeiro.

Para o desemprego e, portanto, para o crescimento, o atual governo não tem resposta ou proposta. “Dê um ano ou dois, dê uma chance para a liberal-democracia. Saibam esperar a sua vez”, declarou o ministro da Economia, Paulo Guedes, depois do indicativo de que o Brasil está em recessão técnica após dois trimestres seguidos com o PIB abaixo de zero em 2019.

PRISCILA CASALE

Em carta, governadores do NE defendem Eletrobrás e Correios



Carta foi aprovada na reunião do Consórcio pelo Desenvolvimento do Nordeste

Previsão para o crescimento do PIB recua para 0,8%, diz boletim do BC

O boletim semanal Focus do Banco Central (BC) voltou a rebaixar a previsão de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para este ano, que a cada revisão se aproxima mais do zero.

No relatório desta segunda-feira (26) a previsão anterior de 0,83% foi reduzida para 0,80% – agora igual a previsão da maioria das instituições financeiras, como o Itaú e Bradesco. O próprio Focus recolhe as previsões de 100 instituições para compor a mediana apresentada no relatório, o que significa que a metade dos consultados acredita que o resultado será menor que os 0,80%.

Quando ao crescimento da produção industrial, a estimativa de crescimento caiu de 0,15% na semana passada para 0,08%. Praticamente zero.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país no período e serve como índice de crescimento da economia. É importante ressaltar que no começo do governo, as previsões de crescimento estavam em torno de 2,5% em 2019.

Mas as promessas de retomada do início de mandato, proferidas especialmente por Paulo Guedes, ministro da Economia, começaram a ruir logo nos primeiros meses do ano com a política

econômica de ajuste e as trapalhadas políticas de Bolsonaro e cia.

O desemprego e o subemprego atingiram a cifra de 28,5 milhões de brasileiros, enquanto boa parte dos que estão empregados trabalham fazendo bicos e ganhando menos de um salário mínimo por mês. Sem consumidor, o comércio, a indústria e os serviços passam por um período de arrasto, que piora à medida que o Estado paralisa investimentos e promove cortes.

A luz desses dados, o mercado revisou também neste relatório a previsão de crescimento do PIB para 2020 – de 2,20% para 2,10%.

Governo não repassa recursos para “Minha Casa Minha Vida” há mais de dois meses

Os repasses para o programa de habitação Minha Casa Minha Vida (MCMV) pagar as construtoras continuam com atrasos, denunciam entidades que representam o setor da Construção Civil.

“Não sentimos nenhum movimento concreto do governo em relação ao início dos repasses. Com isso, as empresas estão sofrendo com os atrasos sistemáticos que demonstram a falta de prioridade do governo em resolver a questão de forma efetiva”, afirma o vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), Ronaldo Cury.

A Câmara Brasileira da Indústria e Habitação

(CBICi) contabiliza quase 80 dias de atraso na liberação do dinheiro. De acordo com a entidade há atraso no repasse de cerca de R\$ 500 milhões, que atingem 512 empresas e 200 mil trabalhadores, responsáveis pelas obras em andamento de 900 empreendimentos de habitação.

Os sistemáticos atrasos dos repasses para o andamento do programa de habitação também estão sendo alvo de críticas de lideranças de partidos na Câmara dos Deputados, e já há cobrança pela demissão do ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto.

No início deste mês, Gustavo Canuto foi à casa do presidente da Câmara

para discutir o assunto com Rodrigo Maia (DEM-RJ) e outras lideranças de outros partidos.

“Ninguém está pedindo a cabeça do ministro. A gente não quer cargo no ministério, indicação de ninguém. Nada disso. O que a gente quer é garantir recursos e os empregos nos nossos estados”, disse o líder do PP, Arthur Lira (AL), que afirmou ainda que os parlamentares ofereceram “ajuda para negociar e brigar com a [pasta] da Economia para conseguir os recursos prometidos. Se o ministro não quiser brigar pelos recursos da pasta que ele comanda, a gente vai brigar sozinho”, disse Lira.

ANTONIO ROSA

“Insanidade de Bolsonaro incendiou a Amazônia”, diz professor da UnB

Para o professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Mamede Said Maia, o que causou o desastre na floresta amazônica foi a “retórica de Jair Bolsonaro” que estimulou o desmatamento e a enorme quantidade de queimadas. Reproduzimos a seguir o artigo do professor.

MAMEDE SAID MAIA (*)

Não foram as ONGs que colocaram fogo na floresta amazônica. Nem fazendeiros ou produtores rurais isolados respondem pelo aumento vertiginoso do desmatamento e do número de queimadas.

O que causou o desastre que estamos vendo foi a retórica de Jair Bolsonaro, cujo discurso anti-ambientalista estimulou madeireiros, pecuaristas e ruralistas indecorosos (nem todos o são, é verdade), que só pensam em lucros e dividendos, pouco se lixando

para o meio ambiente e a preservação da Amazônia.

Desde que tomou posse, o discurso de Bolsonaro é radicalmente destrutivo e hostil ao meio ambiente. Criticou a “indústria das multas ambientais” (que nunca são pagas); investiu contra os dados do INEP; desmantelou o IBAMA e o ICMBio; alterou a composição do CONAMA, afastando dele cientistas, pesquisadores, indígenas e representantes dos estados.

Anunciou a intenção de retirar da Baía de Angra dos Reis a condição de unidade de conservação e se opôs à cobrança de taxa que visa a preservação do arquipélago de Fernando de Noronha.

Após dizer que meio ambiente “é para veganos que comem só vegetais”, Bolsonaro defendeu a exploração de minérios em terras indígenas e anunciou que irá legalizar o garimpo na Amazônia.

Em poucos dias de gestão, autorizou a entra-

da de 54 agrotóxicos no mercado brasileiro, vários deles classificados como extremamente tóxicos e que, por isso mesmo, são proibidos nos países europeus. O afrouxamento dos mecanismos de fiscalização e controle redundaram na ação livre e desimpedida dos inimigos da floresta.

Depois de se dirigir de forma grosseira à França, Alemanha e Noruega, na suposição de que tem tarimba para confrontar a Europa enquanto se prostra diante de Donald Trump, Jair Bolsonaro começa a se articular para minorar o estrago que causou à imagem do Brasil mundo afora.

Talvez seja tarde para isso. Sua retórica aloprada penalizará, em primeiro lugar, o país e os brasileiros. Que ele pensa que aprovam sua insanidade política e sua inépcia administrativa.

(*) Professor e atual diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Eles alertam que a privatização das estatais traz risco à soberania e é um retrocesso à integração regional

Os governadores dos estados do Nordeste alertaram que as privatizações anunciadas pelo governo federal, na quarta-feira (21), entre elas a da Eletrobrás e dos Correios, podem trazer um “retrocesso à integração regional”.

“Os governadores dos nove estados do Nordeste se manifestam preocupados com o anúncio feito pela imprensa de privatização de empresas estatais, tendo dado especial atenção aos Correios e Eletrobrás. Sem estudos técnicos aprofundados e a necessária compreensão de todos os impactos, tais vendas poderão trazer consequências negativas para a soberania nacional e um possível retrocesso à integração regional”, diz a carta dos governadores aprovada na reunião.

O encontro do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste aconteceu na quarta-feira (21) em Teresina. Estavam presentes os governadores da Bahia (Rui Costa), do Ceará (Camilo Santana), do Maranhão (Flávio Dino), da Paraíba (João Azevedo), do Piauí (Wellington Dias), do Rio Grande do Norte (Fátima Bezerra) e do Sergipe (Belivaldo Chagas), além dos vice-governadores do Alagoas (Luciano Barbosa) e de Pernambuco (Luciana Santos).

No mesmo dia, o governo Bolsonaro anunciava mais privatizações e que estudava entregar até a Petrobrás.

ELETROBRÁS

Foram inúmeras as tentativas do governo Temer, e agora do governo Bolsonaro, de privatizar a maior estatal de energia do país.

No dia anterior ao anúncio das privatizações pelo governo, na terça-feira (20), a Câmara dos Depu-

Bolsonaro “estuda” privatizar Petrobrás

O governo Bolsonaro incluiu até mesmo a Petrobrás na lista de privatização das estatais para garantir a transferência de recursos públicos para o pagamento de juros a bancos. Na quarta-feira (21), ao anunciar a privatização de 17 estatais, entre elas, a Eletrobrás e os Correios, Bolsonaro admitiu que “está em estudo” a venda da Petrobrás.

Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, “o presidente [Bolsonaro] está cada vez mais ligado nessa agenda de privatizações”. “As privatizações vão se acelerar”. E acrescentou: “Lá na frente, você, Catello Branco [presidente da Petrobrás], pode fazer algo surpreendente”.

O ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni informou que o governo realizará estudos para analisar a privatização da Petrobrás, com apoio de Castello Branco.

“O governo faz estudos e trabalha de maneira objetiva. A Petrobrás, como um todo, passará por estudos da equipe do PPI [Programa de Parcerias de Investimentos] do Ministério de Minas e Energia e do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]”, disse Onyx.

Na realidade, a privatização da companhia já vem sendo feita através da política chamada de “desinvestimento”, eufemismo para a entrega de ativos da Petrobrás.

A diretoria da estatal

tados derrubou a medida provisória - MP 879/2019, editada por Jair Bolsonaro em abril, que previa um aporte de R\$ 3,5 bilhões para sanear a Eletrobrás a fim de facilitar sua privatização.

Com os recursos, a estatal, responsável pela produção de 30% da energia elétrica brasileira, quitaria dívidas de distribuidoras, facilitando a entrega do patrimônio a preço de banana. A MP permite ressarcir a Eletrobrás por gastos com combustíveis feitos no passado por suas empresas de distribuição de energia na Região Norte, hoje privatizadas.

Em 2018, a Eletrobrás vendeu distribuidoras em seis estados (Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima), e ficou com parte das dívidas e créditos das companhias.

“Nós temos consciência de que não é benevolência, não é benefício, não é generosidade. É um recurso para que arrumem a Eletrobrás, deixem-na azetadinha, para que depois o governo a privatize e a venda a preço de banana”, denunciou o deputado federal Pompeo de Mattos (PDT-RS), durante a votação da MP.

CHESF

A Eletrobrás tem entre suas subsidiárias a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf), a maior geradora do Brasil, que atua principalmente no Nordeste. A Chesf foi criada por Getúlio Vargas em 1945, antes mesmo da Eletrobrás em 1961.

Como declarou o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), no início do ano, diante da notícia de que o governo Bolsonaro continuaria com o processo de privatização da Eletrobrás, “vender a Chesf é privatizar o Rio São Francisco”.

vendeu 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG) para a francesa Engie, 90% da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para o fundo de investimento canadense Brookfield e a maioria das ações da BR Distribuidora. Além disso, já anunciou a venda de oito refinarias e da distribuidora de gás liquefeito, a Liqueigás.

Além da Eletrobrás e dos Correios, a lista de privatizações para este ano, segundo o governo, estão: Telebrás, Casa da Moeda, Lotex (Loteria Instantânea Exclusiva), Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), Ceasamas (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais), CodeSA (Companhia Docas do Espírito Santo), Emgea (Empresa Gestora de Ativos), ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias), Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social), CBTU (Companhia Brasileira de Teles Urbanos), Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre), EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), Ceitec (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada) e Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo). Até o Parque dos Lençóis Maranhenses, que é uma unidade de conservação brasileira.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSAIS:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Itatinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Paulo Ramos (PDT) e Perpétua Almeida (PCdoB)

Alcântara: deputados apresentam projeto para anular pontos lesivos no acordo entre Brasil-EUA

A deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) apresentou um voto em separado e um Projeto de Decreto Legislativo sobre “cláusulas interpretativas” que recusa pontos lesivos do acordo entre o Brasil e Estados Unidos sobre Salvaguardas Tecnológicas relativas ao uso comercial do Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (21), o acordo.

O texto, aprovado por 21 votos favoráveis contra seis contrários, ainda será analisado pela Comissão de Ciência e Tecnologia e depois seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça, antes de ser votado no plenário da Câmara e do Senado.

Assinado em 18 de março em Washington pelos presidentes dos EUA e do Brasil, Donald Trump e Jair Bolsonaro, o acordo estabelece regras para o uso do centro de Alcântara por países que utilizam tecnologia americana. Apesar de ter recebido votos favoráveis de parlamentares do PCdoB, PDT e PSB, o texto recebeu ressalvas dos partidos de oposição.

O voto foi subscrito pelo deputado Paulo Ramos (PDT-RJ). Nesta mesma linha se posicionou o PSB, com voto em separado dos deputados Camilo Capiberibe (AP) e Bira do Pindaré (MA).

O voto da deputada comunista sustenta que o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) tem caráter civil, segue uma prática internacional e não bloqueia a autonomia e o desenvolvimento do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

A parlamentar argumentou que a relação de subordinação do governo Bolsonaro aos Estados Unidos turva as águas do debate sobre o tema, mas manifestou a convicção de que o país ganha com a possibilidade de incrementar o uso da sua base de lançamentos.

Perpétua Almeida ressaltou que seu posicionamento favorável ao acordo, ainda que com ressalvas, veio da convicção de que o texto “não fere a soberania nacional” e se trata de uma nova possibilidade para um projeto que, embora tenha quase 40 anos, segue inconcluso.

O voto deixa claro, no entanto, que a exploração comercial do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) não é suficiente para relançar o Programa Espacial Brasileiro (PEB). Segundo o texto, para que esse objetivo seja alcançado é necessário uma política de Estado e a injeção continuada de recursos do Tesouro Nacional.

Com seu voto em separado, a deputada defendeu o desenvolvimento de uma tecnologia autônoma como projeto nacional e usou cláusulas do próprio acordo para justificar o posicionamento. Perpétua esclareceu que a posição do partido se baseou nos termos do próprio AST, como o compromisso mútuo de proteger tecnologias e patentes das partes e a possibilidade de quebra de acordo, em caso de desrespeito às cláusulas.

A deputada assinalou que o país conta com um nível de desenvolvimento médio nesta área e tem um enorme potencial para avançar. Mas, para atingir um patamar mais elevado tem o grande desafio de dominar o ciclo completo da ciência espacial, que vai da capacidade de projetar e construir foguetes lançadores à fabricação de satélites.

“O domínio completo da ciência espacial como política de Estado exige decisões de natureza estratégicas de longo prazo, e que terá de ser executado de forma continuada ao longo de vários governos”, diz o voto de Perpétua Almeida.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

WALTER FÉLIX

Bolsonaro expõe a Amazônia ante a ingerência estrangeira

TV Senado



Queimadas na Amazônia cresceram 82% este ano, mostra o Inpe

Reprovação do governo Bolsonaro cresce e vai a 39,5%, aponta pesquisa da CNT/MDA

O governo de Bolsonaro (PSL) é avaliado como ruim ou péssimo por 39,5% da população, conforme pesquisa divulgada na segunda-feira (26) pelo instituto MDA em parceria com a Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Em fevereiro, esse índice era de 19% — uma elevação de 20,5 pontos percentuais em seis meses.

A avaliação positiva de Bolsonaro era de 38,9%, agora caiu para 29,4% e 29,1% o consideram regular (29% em fevereiro). Não souberam o não responderam 2% dos entrevistados. Em fevereiro, 13,1% não souberam opinar ou não responderam.

Atos bolsonaristas fracassaram no domingo

As manifestações pró-Bolsonaro e contra os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) realizadas no domingo foram um fracasso de público.

Grupos bolsonaristas, como o “Vem Pra Rua”, convocaram manifestações, no domingo (25), para demonstrar apoio a Jair Bolsonaro e atacar os ministros do STF, como Gilmar Mendes e Dias Toffoli.

As manifestações, porém, foram muito menores do que as convocadas em maio, que já tinham sido bem abaixo da expectativa dos organizadores. Apenas 46 cidades, de

“Mito” esclarece que Sérgio Moro “não esteve comigo durante a campanha”

Bolsonaro respondeu a um internauta que lhe pediu para cuidar bem do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

“Jair Messias Bolsonaro cuida bem do ministro Moro, você sabe que votamos em um governo composto por você, ele e o Paulo Guedes”, escreveu o internauta identificado como Bunny Sam na página oficial dele no Facebook.

Bolsonaro respondeu que “com todo respeito a ele, mas não esteve comigo durante a campanha, até que, como juiz, não poderia”.

Quando nomeou Moro como ministro da Justiça e Segurança Pública, Bolsonaro disse que ele teria “carta branca” para atuar, mas tem esvaziado cada

Ciro Gomes quer impedir a venda escandalosa da Embraer à Boeing

O ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda, **Ciro Gomes** (PDT), candidato a presidente em 2018, afirmou, ao Painel da Folha, do último domingo (25), que vai tentar impedir a conclusão da venda da Embraer, empresa que está completando 50 anos de existência como campeã mundial de vendas de aeronaves com até 150 lugares, para a norte-americana Boeing.

O líder do PDT anunciou que vai pedir Audiência Pública no Congresso Nacional para tratar da operação, que ele acusa de cartel. O ex-governador

inadequados (30,6%). O congelamento de verbas aplicadas na educação foi lembrado por 28,2%.

Filho na embaixada

A pesquisa mostra que 72,7% consideram a postura de Bolsonaro inadequada ao indicar seu filho, Eduardo, para dirigir a embaixada brasileira nos EUA. 21,8% responderam o contrário, enquanto 5,5% não emitiram opinião.

Apenas 9,5% se disseram satisfeitos com Bolsonaro no cumprimento de promessas de campanha. 45,4% responderam que ele atinge em partes os compromissos firmados antes de vencer a eleição.

Integra do texto em www.horadopovo.com.br

após ser expulso do ato porque fez críticas a Bolsonaro.

“Não tenho medo de vaia. Votei no Bolsonaro e vou criticar todas as vezes que for necessário”, disse ele, em discurso. “Como justificar uma aliança do Jair Bolsonaro com o Gilmar Mendes para acabar com a Operação Lava Jato? E isso que está acontecendo”.

Seu discurso foi interrompido aos gritos de “fora” e “desce daí”.

Nas redes sociais, **Madureira** escreveu: “Voto não é cheque em branco. Quando alguém que votamos está fazendo coisa erradas criticamos”.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Ao ameaçar demitir o diretor-geral da Polícia Federal, **Maurício Valeiro**, Bolsonaro disse que “se eu trocar o diretor-geral” hoje, qual o problema? Está na lei que eu que indico e não o Sérgio Moro. E ponto final”.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Quando da edição e publicação dos decretos que liberaram a posse e o porte de armas de fogo, as ponderações e sugestões de Moro foram ignoradas por Bolsonaro, que articulou tudo com o ministro da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**.

Política inimiga do meio ambiente do governo deixa a região fragilizada

O G7, grupo de países onde não há nenhum país amazônico (Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Itália, Inglaterra e Canadá), discutiu a situação da Amazônia, assolada pelo desmatamento e pelos incêndios.

Depois, o presidente francês, Emmanuel Macron, falou em “internacionalização” da Amazônia — algo que os brasileiros sempre repeliram, desde a época de D. Pedro II, quando os norte-americanos criaram a interessante — e interessada — teoria de que o rio Amazonas era “uma extensão natural do Mississippi” (cf. Paulo Roberto Palm, **A Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o Parlamento Brasileiro**, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2009, p. 31).

O pior foi a argumentação de Macron: se a política do governo do Brasil é devastar a Amazônia, melhor que ela deixe de ser brasileira e tenha um “status internacional”.

Mas, por que “pior”, se essa sempre foi a argumentação de qualquer porta-voz da cobiça pela Amazônia?

É óbvio que, se algum governo francês cuidar mal — ou devastar — o Bois de Boulogne ou a Floresta de Argonne, nem por isso estaríamos autorizados a decretar o “status internacional” sobre um ou sobre outra.

E não é lícito argumentar que a Floresta Amazônica é maior ou mais importante para a Humanidade do que o Bois de Boulogne. Até porque os brasileiros também fazem parte da Humanidade. Do que se trata, aqui, é de uma questão de soberania nacional.

Macron falou, está em que, pela primeira vez, uma parte do que ele disse é verdade: a política — se é que se pode assim chamar — de Bolsonaro para a Floresta Amazônica é destruí-la.

Das outras inúmeras vezes em que o governo brasileiro foi acusado de tal coisa, **em todas**, essa acusação era mentirosa.

Esse foi um dos temas do ex-presidente Artur Bernardes, em sua campanha contra a “internacionalização da Amazônia” via “Instituto da Hiléia Amazônica”.

As acusações ao Brasil, sobre a Floresta, eram falsas.

A ditadura rasgou na mata a Transamazônica e deu a um bilionário americano, Daniel Ludwig, uma área, na Amazônia, do tamanho do Estado de Sergipe, para instalar o famoso Projeto Jari.

Mas não é possível dizer que o projeto da ditadura fosse a destruição desordenada da Floresta Amazônica.

Só uma aberração — é a palavra mais suave que nos ocorre — como Bolsonaro é capaz de conceber algo tão sem limite, algo, a rigor, tão criminoso. Em outro artigo, nos estendemos sobre o que Bolsonaro fez e falou, desde a campanha eleitoral, sobre a questão ambiental (v. HP 24/08/2019, **Bolsonaro expõe, na TV, a sua covardia**).

Resta acrescentar algumas coisas. Bolsonaro declarou que a questão ambiental é importante **“só aos veganos que comem só vegetais”**.

Às vezes, é necessário tremendo autocontrole para não dizer o que pensamos em linguagem mais chula. Vamos tentar, leitores.

Bolsonaro disse, também, que está fazendo o que pode, mas as queimadas são **“quase uma tradição da região”**.

Como se, açulados por ele, os desmatadores não tivessem promovido até um famigerado **“Dia do Fogo”** (v. **MPF alertou governo Bolsonaro três dias antes do “Dia do Fogo”**).

Bolsonaro prometeu acabar com o Ministério do Meio Ambiente — e, eleito, cortou R\$ 187 milhões da verba, prevista no Orçamento, para ele.

Advinhe o leitor onde foi a maior parte desse corte de R\$ 187 milhões? No Ibama, é claro, o órgão de fiscalização ambiental, que teve R\$ 89 milhões cortados (48% do total do corte).

Bolsonaro desautorizou e proibiu fiscais de autuar criminosos que atacavam a floresta (v. **Bolsonaro grava vídeo em apoio a ladrões de madeira na Amazônia**).

Aliás, até mesmo perseguiu um deles, que o tinha autuado por pesca ilegal (v. **Funcionário concursado do Ibama que multou Bolsonaro em 2012 é exonerado**).

É óbvio qual foi o efeito disso, expresso no desmatamento e nos incêndios — inclusive nos incêndios absolutamente propósitos.

Quanto a Macron, é uma daquelas mediocridades burocráticas, muito características da elite francesa, incapaz de um pensamento além da rotina.

Porém, quem está concedendo espaço para que ele fale até mesmo na “internacionalização da Amazônia” é Bolsonaro.

A propósito, temos que reconhecer que Macron, além disso, falou coisa mais interessante — respondendo, obviamente, a Bolsonaro.

É difícil encontrar, na história do mundo moderno, algo tão baixo, tão indigno de um presidente — mais ainda, de um presidente do Brasil — do que o comentário de Bolsonaro, acompanhando um anormal que o apoia, sobre a esposa do presidente francês, Emmanuel Macron.

E não importa se foi o próprio Bolsonaro ou uma de suas extensões — por exemplo, o notório Carluxo — quem escreveu a ofensa. Bolsonaro assumiu que se tivesse escrito — e, o mais provável, pelo estilo, — e que tenha sido ele.

Disse o presidente francês, depois de frisar que Bolsonaro fizera comentários “extremamente desrespeitosos” para com sua esposa: “Como tenho uma grande amizade e respeito pelo povo brasileiro, espero que tenham rapidamente um presidente que se comporte à altura”.

Nós também. Agora, que podemos concluir desse episódio?

Se Bolsonaro não tem nem esse limite mais óbvio da educação civilizada, apenas enfatiza sua incompatibilidade com a democracia.

Então, o que se pode esperar dele?

A defesa da tortura? Mas isso, ele já fez. A defesa do assassinato? Mas isso, ele já fez. A coprofilia pública, isto é, a aderência esquisitíssima às fezes?

Mas isso ele já fez — pelo menos verbalmente. A divulgação de pornografia? Mas isso ele também já fez, em meio ao carnaval.

O uso do cargo para dar imunidade e impunidade à corrupção da família?

Mas isso, ele já fez, com a cumplicidade de Dias Toffoli — mais a destruição do Coaf, mais a intervenção na Receita Federal.

A propagação do racismo, inclusive entre regiões do país?

Mas isso ele também já fez. A demissão de militares honrados, que não se submeteram às indignidades da sua seita?

Mas isso, ele já fez.

Ou a proteção de criminosos, do tipo daquele que era seu vizinho, um assassino do Escriatório do Crime que assassinou Marielle Franco com três tiros na cabeça, e seu motorista, Anderson Gomes, com três tiros nas costas?

Mas isso, ele já fez. Contra o trabalho dos policiais honestos, Bolsonaro é o rei da milícia.

Aliás, seu filho, Flávio — o mesmo a quem ele protegeu, impedindo a investigação de seus malfeitos, — acaba de entrar com um projeto no Senado para introduzir na legislação brasileira o sagaz conceito de “suicídio por policial”.

Não é brincadeira, leitor: pelo projeto, um policial que matar alguém que se expôs a uma “situação de risco” (presumivelmente, de criminoso) não estará mais matando ninguém. O criminoso, ou suposto criminoso, é que estará cometendo “suicídio por policial”.

A rigor, o plano de Bolsonaro é acabar tanto com a Floresta Amazônica, quanto com a polícia: transformando essa última numa milícia.

C.L.

MPF abre inquérito para apurar queimadas e exige explicações do governo

A Força-tarefa Amazônia, do Ministério Público Federal (MPF), abriu um inquérito para investigar o aumento das queimadas na região, seus impactos sociais e ambientais e a atuação do governo Bolsonaro no tema.

O MPF exigiu que o Ministério do Meio Ambiente, ocupado por Ricardo Salles, responda sobre o planejamento acerca de atividades fiscalizatórias na Amazônia, apontando o número de ações planejadas, o orçamento disponível e a quantidade de agentes e de material disponível para elas.

Salles terá que responder também sobre suas pretensões de substituir o Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais (Inpe) por uma empresa privada no monitoramento do desmatamento da Amazônia.

Ele terá o prazo de 20 dias para enviar sua resposta.

A exoneração de Ricardo Galvão da presidência do Inpe, após a divulgação de dados que apontavam para o aumento do desmatamento durante o governo Bolsonaro, foi parte importante do debate sobre a questão ambiental.

Jair Bolsonaro e Ricardo Salles difamaram e falaram que os dados obtidos pelo Inpe eram falsos e que Galvão estaria agindo em favor de ONGs internacionais.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

“BolsoNero sai, a Amazônia fica”, defendem manifestantes pelo país

Em ao menos 60 cidades, milhares foram às ruas contra as queimadas na floresta amazônica. Embaixadas do Brasil em outros países também foram alvo de protestos

Entre a sexta-feira (23) a segunda-feira (26), milhares de pessoas participaram de atos em ao menos 60 cidades do Brasil e do mundo contra o aumento desenfreado das queimadas na região da Amazônia. Segundo dados Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), durante os sete primeiros meses do governo Bolsonaro, as queimadas aumentaram em 82% na região, em comparação com o mesmo período de 2018.

Em São Paulo, milhares de pessoas se reuniram em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp), na avenida Paulista, na noite de sexta-feira. Com gritos de ordem contra Bolsonaro e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, eles ocuparam a Avenida no sentido Consolação por volta das 18h30 e bloquearam a pista instantes depois.

Os manifestantes pediram a saída do ministro Salles do cargo, e do próprio presidente. “Fora Salles” e “BolsoNero sai, a Amazônia fica” foram alguns dos coros que deram o tom da manifestação, que reuniu desde estudantes a empresários e representantes de ONGs.

Na sexta, no Rio de Janeiro, um grupo que inicialmente ocupou a Cinelândia, no centro, se transformou em uma multidão na Avenida República do Chile. Líderes de grupos de defesa do meio ambiente discursaram, e entre cada fala os ativistas fizeram coros contra Bolsonaro e Ricardo Salles. Também foi realizado um minuto de silêncio em protesto contra a política ambiental do governo federal.

No domingo, artistas, políticos e uma multidão de manifestantes se reuniram na orla de Ipanema, na zona sul do Rio.

Em conjunto com Caetano Veloso e a atriz Sônia Braga, a comissão de frente da marcha foi formada pelo ator Antonio Pitanga, o rapper Criolo, o jornalista do The Intercept Brasil Glenn Greenwald e os deputados federais Alessandro Molon (PSB-RJ), Marcelo Freixo (PSOL-RJ), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e David Miranda (PSOL-RJ).

O ato caminhou ao som de clássicos da MPB como “Sal da Terra”, “Amor de índio” e “Asa branca” e gritos de ordem contra Bolsonaro, Salles, e em defesa da Floresta Amazônica, como: “Fora Salles”, “Todos pela Amazônia” e “Bolsonaro sai, Amazônia fica”.

O ato foi chamado pelo grupo @342AMAZONIA, movimento liderado pela produtora e empresária Paula Lavigne. Indígenas presentes também entoaram cantos e frases contra o Governo Bolsonaro.

Ao fim do ato, Caetano Veloso pegou o microfone e cantou seu sucesso “Um índio”, acompanhado pelos manifestantes.

No sábado, manifestantes se reuniram no centro de Belém, no Pará, e caminharam pela cidade com faixas com os dizeres “Salve a Amazônia” e “Holocausto Amazônico”.

Em Manaus, um grupo também caminhou pelo centro da cidade carregando cartazes e faixas. Em Natal, a manifestação contou a participação de indígenas de uma aldeia do sul do Estado do Rio Grande

do Norte.

Os movimentos sociais de Belo Horizonte realizaram no domingo a em defesa da Amazônia, na Praça da Liberdade. Na Praça do Papa, no bairro Mangabeiras, na Região Centro-Sul da capital mineira, manifestantes se reuniram e saíram em passeata contra Bolsonaro pela Amazônia.

Em Salvador, além do grande protesto realizado na sexta-feira, no domingo, manifestantes invadiram o Shopping Barra com cartazes e gritando palavras de ordem.

No sul e sudeste do país, protestos foram registrados em Florianópolis e Porto Alegre.

EMBAIXADAS

Algo inédito na história do país, as embaixadas brasileiras foram alvos de manifestações em várias cidades do mundo na sexta-feira (23) contra o descaso e a política hostil de Bolsonaro ao meio ambiente.

Manifestações contra os incêndios na Amazônia foram realizadas em frente às embaixadas e consulados brasileiros em Londres (Inglaterra), Berlim (Alemanha), Paris (França), Mumbai (Índia), Berna (Suíça), Amsterdã (Holanda), Dublin (Irlanda), Madri e Barcelona (Espanha), Luxemburgo e muitas outras, na sexta-feira (23).

Os manifestantes passaram a tarde da sexta com cartazes e palavras de ordem contra os incêndios. Parte das manifestações foi organizada pela Extinction Rebellion, movimento ambientalista criado no final de 2018 para lutar contra a falta de ação diante do descaso com o clima.

Um dos cartazes em frente ao consulado brasileiro em Madri dizia: “Bolsonaro, criminoso ambiental”. “Nossos pulmões estão queimando”, estava escrito um cartaz de manifestante na frente da embaixada brasileira em Nicósia, no Chipre. “Bolsonaro, a Colômbia diz NÃO à queima da Amazônia”, cartaz escrito por uma ativista em frente ao consulado do Brasil em Cali.

Em Londres, centenas de manifestantes em frente à embaixada brasileira gritaram “Salvem a Amazônia” e “Fora, Bolsonaro”. “É verdade que preferem hambúrguer a oxigênio?”, questionava um cartaz exibido por um manifestante.

“Vimos as imagens horripantes (da floresta em chamas) e queremos fazer algo em solidariedade para com o povo do Brasil. Também temos filhos e gostaríamos que crescessem num mundo que tem seus pulmões”, declarou Luisa Brown, professora de inglês de 36 anos.

“É o Donald Trump brasileiro, tudo que interessa a ele é o lucro, o dinheiro”, protestou Graham Cox, de 57 anos. Ele contou que se aliou a Extinction Rebellion, porque, em 35 anos de ativismo ambiental, assinou todas as petições “e não viu nada mudar”.

O descaso de Bolsonaro em relação a essa tragédia ambiental, que chegou a falar que os incêndios eram causados por ONGs internacionais que querem queimar sua imagem, irradiou a indignação internacional.



No Rio, artistas e parlamentares participaram do ato no dia 25



Protesto em defesa da floresta lotou a Avenida Paulista na sexta-feira MPF do Pará alertou governo Bolsonaro três dias antes de desmatadores fazerem o “Dia do Fogo”

No último dia 7, três dias antes do “Dia do Fogo”, o Ministério Público Federal (MPF) do Pará enviou um documento ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão do Ministério do Meio Ambiente, alertando que produtores rurais pretendiam fazer queimadas em Novo Progresso e Altamira, como forma de manifestação. O ofício do MPF foi ignorado.

Mais de 70 pessoas combinaram, através de grupo no Whatsapp, atear fogo nas margens da BR-163.

No dia 10 de agosto, entre as cidades de Altamira e Novo Progresso, fazendeiros e grileiros realizaram o “Dia do Fogo” na rodovia que liga essa região do Pará aos por-

tos fluviais do Rio Tapajós e ao Estado de Mato Grosso.

O evento foi considerado a maior queimada da história do Pará. Segundo o Ministério Público Federal, que investiga os responsáveis pelo “dia do fogo”, só em Novo Progresso houve 124 registros de focos de incêndio no dia 10 de agosto. No dia 11 esse número subiu para 203 focos. Em Altamira, os satélites detectaram 194 focos de queimada em 10 de agosto e 237 no dia seguinte. Ao todo, até hoje, foram detectados 8.125 focos de queimadas no estado do Pará em agosto, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Segundo o jornal “Folha do Progresso”, que denun-

ciou o crime, “a ideia era mostrar ao presidente da República Jair Bolsonaro que apoiam suas ideias de afrouxar a fiscalização do IBAMA”.

No dia 12, o Ibama respondeu ao MPF, informando que “a Coordenação de Operações de Fiscalização e o Núcleo de Inteligência da Superintendência do Pará haviam sido comunicadas” sobre a possibilidade dos incidentes ocorrerem. Além disso, o documento ressalta que as ações de fiscalização estavam prejudicadas por “envolverem riscos relacionados à segurança das equipes em campo”. Conforme o MPF, funcionários do órgão ambiental estavam sofrendo ataques de madeireiros e grileiros.



Ao microfone, a deputada estadual Leci Brandão; junto ao presidente da CGTB, Ubiraci Dantas; o presidente do CNAB, Alfredo Oliveira e o deputado federal Orlando Silva (PCdoB)

Legado do Professor Eduardo de Oliveira é honrado na Alesp

A noite da sexta-feira (23), a Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) prestou homenagem ao Professor Eduardo de Oliveira, líder do movimento negro e da luta pela libertação nacional, que completaria 93 anos neste mês de agosto. O evento “Legado da Resistência Pela Liberdade do Negro e do Brasil – Homenagem Especial ao Professor Eduardo de Oliveira”, foi uma iniciativa da deputada estadual Leci Brandão (PCdoB-SP).

Dezenas de lideranças dos movimentos negro, estudantil, de moradia e de mulheres lotaram o auditório Teotônio Vilela, da Assembleia, para prestar homenagem ao Professor Eduardo, primeiro vereador negro da Câmara Municipal de São Paulo, fundador do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB) e autor do “Hino à Negritude”, oficializado como um dos hinos da Nação pela Lei Federal nº 12.981, de 28 de maio de 2014.

Após a execução do Hino Nacional e do Hino à Negritude, a deputada Leci Brandão deu início à solenidade, destacando a importância de Eduardo de Oliveira na luta pela igualdade racial e pelo desenvolvimento nacional. “Uma pessoa carinhosa

e sábia”, como qualificou a deputada.

RETROCESSOS

Leci também criticou a situação atual do nosso país e os retrocessos no governo Bolsonaro. “Nós estamos passando por um processo de retrocesso muito grande, estamos passando por muita dificuldade no nosso país”. “Quando o Professor Eduardo dizia que o Brasil só será libertado no dia em que todos os negros se libertarem, ele falou algo extremamente importante”.

“Temos que colocar uma coisa na nossa cabeça. Enquanto nós, negros e negras, não ocuparmos os poderes deste país, de forma legítima e merecedora, as coisas continuarão difíceis para nós. Não adianta ficarmos apenas reafirmando que somos mais da metade da população deste país, se nós não estamos no poder deste país”.

A deputada também criticou o descaso do governo Bolsonaro e o desrespeito ao meio ambiente. “Uma pena vemos a Amazônia pegando fogo e o que ouvimos são absurdos, só sandices... Estamos ouvindo gente louca ocupando o poder enquanto nosso país está se despedaçando, indo para o fundo do poço”.

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) também

fez sua saudação no evento. Orlando destacou que teve a oportunidade de realizar uma singela homenagem ao Professor Eduardo de Oliveira durante sessão na Câmara dos Deputados no último dia 6 de agosto, data em que o poeta completaria 93 anos.

“Foi uma forma de registrar a data do aniversário do Professor Eduardo, que teve a honra de conhecer quando vim morar em São Paulo, há quase 30 anos. Encontrava o Professor Eduardo nas marchas e debates, em atividades que o movimento negro produzia e em debates”.

“Sempre com um sorriso, paciente... Um sujeito que ouvia todo mundo. Até eu, moleque que falava qualquer coisa e ele prestava atenção. Sempre tentando compreender o que as pessoas falavam e transmitir os seus conhecimentos”.

“É muito importante que um homem lute a vida inteira e o Professor Eduardo é o símbolo daqueles que lutam a vida inteira. Um velho camarada, o João Amazonas, dizia que ‘viver é lutar’ e o Eduardo é o símbolo desta luta”, continuou o deputado.

Leia a cobertura completa no Portal Hora do Povo



Ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva

“Vivemos uma barbárie ambiental promovida por Bolsonaro”, diz Marina

A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), afirmou que a “postura irresponsável” de Jair Bolsonaro e seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, quanto ao desmatamento da Amazônia “só agrava a emergência ambiental no Brasil”. A Rede protocolou, na quinta-feira (22), um pedido de impeachment de Salles junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

“Estamos vivendo um momento de barbárie ambiental no Brasil, promovida pelo governo Bolsonaro. O povo brasileiro, sua parcela sensível e consciente, deve responder em nome das gerações futuras, da Amazônia e de toda a natureza”, afirmou Marina através de suas redes sociais.

Desde 1º de janeiro até a última quarta-feira (21), foram identificados 74.155 focos de incêndio na Amazônia, uma alta de 84% em relação ao mesmo período do ano passado. A resposta de Bolsonaro foi que os incêndios podem ter sido causados por ONGs e pelos governadores da Amazônia que querem queimar sua imagem.

Para Marina, “a Amazônia está sendo queimada por uma mistura de ignorância com interesses truculentos. O governo está inaugurando um tempo de delinquência livre, em que se pode agredir a natureza e as comunidades sem receio de punição”.

Enquanto a Amazônia está em chamas, “o ministro do Meio Ambiente fala em fake news e sensacionalismo. O presidente diz que ONGs podem estar por trás disso. A falta de compromisso com a verdade é uma patologia crônica. Essa postura irresponsável só agrava a emergência ambiental no Brasil”.

Secretário de Cultura pede demissão após censura de produções

O secretário especial de Cultura no Ministério da Cidadania, Henrique Pires, deixou o cargo após Bolsonaro anunciar censuras no financiamento da Agência Nacional de Cinema (Ancine). “Eu não vou cancelar censura”, disse.

Durante sua transmissão ao vivo nas redes sociais, Jair Bolsonaro afirmou que iria cancelar todo o financiamento para produções audiovisuais com tema LGBT e citou projetos que estavam aguardando de editais do governo.

“Isso é a gota d’água, porque vem acontecendo. E tenho sido a voz dissonante interna”, disse Henrique Pires. “Eu tenho o maior respeito pelo senhor presidente da República, tenho o maior respeito pelo ministro, mas não vou cancelar censura”, ressaltou.

“Eu não concordo com a colocação de filtros em qualquer tipo de atividade cultural. Não concordo com cidadão e não concordo como agente público. Você tem que respeitar a Constituição”, completou Henrique Pires.

CENSURA

Ao antecipar a suspensão dos recursos para as produções, Bolsonaro afirmou que filmes com a temática LGBT são “dinheiro jogado fora”. Segundo ele, “não tem cabimento fazer um filme com esse tema”.

Bolsonaro afirmou ter garimpado, na Ancine, filmes que estariam prontos para captar recursos, e falou em uma lista com dezenas de projetos que já teriam sido “abortados” por ele. Destacou quatro filmes que, segundo ele, estão entre os que “foram para o saco”.

Todos os projetos citados por Bolsonaro são finalistas de um edital de produção de conteúdo para TVs públicas de 2018, da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), Ancine e BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul). Dos quatro destacadas, três concorrem na categoria Diversidade de Gênero e o outro no tema Sexualidade. Todos foram classificados para a final, em março deste ano.

O diretor de um dos projetos, Emerson Maranhão disse, em entrevista ao UOL, que lhe chamou a atenção o equívoco do presidente, que se referiu ao projeto como sendo de um filme para o cinema. “Na realidade é uma série para TV, em cinco episódios, assim como quase todos os outros”.

O diretor alerta ainda que o resultado final do edital ainda não foi divulgado. Maranhão teme não poder realizar seu projeto de série e questiona o fato de Bolsonaro comentar o resultado de um edital que não foi anunciado oficialmente. “Quer dizer que ganhamos, mas não levamos?”, indaga o diretor. “É o mais surreal é a razão do veto ser justamente por abordar o tema obrigatório para disputar a categoria”.

EDITAL

Outro ponto que chama atenção é que, para censurar as produções, o governo suspendeu todo o “Edital de Chamamento para TVs Públicas, com recursos públicos do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA”.

Segundo o argumento do ministro da Cidadania, Osmar Terra, a suspensão se dará por um prazo de 180 dias, que pode ser prorrogado por igual período, “em razão da necessidade de recompor os membros do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual”.

A portaria nº 1.576 determina ainda a “revisão dos critérios e diretrizes para a aplicação dos recursos do FSA, bem como que sejam avaliados os critérios de apresentação de propostas de projetos, os parâmetros de julgamento e os limites de valor de apoio para cada linha de ação”.

Segundo especialistas do setor, o edital suspenso era um dos mais importantes do FSA, pois, além de produzir conteúdo para as TVs comunitárias, educativas, etc., permite que as pequenas produtoras iniciantes iniciem sua participação no mercado audiovisual.

Maioria do STF vota contra o corte de salários de servidor

Votação terminou em 6 a 4 aguardando parecer final do ministro Celso de Mello

A maioria do Supremo Tribunal Federal votou, nesta quarta-feira, 22, pela proibição da redução dos salários dos servidores estaduais e municipais.

O dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (PRF) foi rejeitado pelos ministros Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, Carmen Lúcia, Edson Fachin, Marco Aurélio Mello e Luiz Fux, que consideraram a medida inconstitucional.

“A Constituição Federal afirma a irredutibilidade do subsídio e dos vencimentos, com algumas ressalvas. Dentre as ressalvas apontadas, não se encontra a ressalva, a hipótese criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal”, disse a ministra Rosa Weber. “Não vou expressar meu entendimento pessoal, qual seria o meu posicionamento, a verdade está comigo? Não. Talvez esteja na Constituição”, completou.

O ministro Ricardo Lewandowski concordou no sentido de barrar a medida. “Não podemos atribuir crise aos servidores públicos brasileiros”, disse.

O artigo da lei permitia que estados e municípios reduzissem a jornada de trabalho e salário de servidores caso o limite de gasto com pessoal de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) fosse atingido. A medida foi suspensa de forma unânime pelo STF em 2002, e a votação retomada agora pelo órgão.

Em seu voto, a ministra

Carmen Lúcia foi favorável à redução da jornada de trabalho, mas contra os cortes nos salários.

O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, votou favorável ao artigo, justificando que seria melhor para o servidor ter salário reduzido do que ser exonerado. “A discussão é sobre ter a flexibilização temporária ou ser demitido. Demitido, extinção de cargo. Será que ele quer isso? O servidor público deve ter o direito de manter a carreira. Eu prefiro manter a carreira do que ficar desempregado e ganhar uma indenização”, disse.

O argumento é semelhante ao usado pelo presidente Bolsonaro para acabar com a CLT e qualquer direito adquirido pelos trabalhadores. Para o presidente, é melhor ter emprego sem direito, sem 13º salário, sem férias, sem FGTS, ou seja, praticamente um escravo, do que ficar sem emprego. Seguiram o voto do relator os ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e o presidente da corte, Dias Toffoli.

Divergindo do relator, o ministro Edson Fachin votou pela inconstitucionalidade da medida. Para ele, não é viável reduzir os salários dos servidores públicos e a Constituição “não merece ser flexibilizada”.

Devido à ausência do ministro Celso de Mello, internado com pneumonia, o plenário decidiu suspender a sessão e encerrar o julgamento após posicionamento de Mello.



Plenário do STF rejeitou dispositivo que permitia redução de salários



Rede protocolou, no SFT, pedido de impeachment de Ricardo Salles

“Bolsonaro incentiva crimes ambientais e quer legislar por decreto”, diz senador

O presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), disse que as medidas e falas de Bolsonaro em relação às questões ambientais brasileiras “impulsionam” os crimes ambientais e “já são um combustível para proporcionar o desmatamento e as queimadas que estão ocorrendo”.

Em entrevista à Rádio Metrópole nesta segunda-feira (26), o senador acusou Bolsonaro de “legislar por decreto” o que, segundo ele, faz com que o país esteja “vivendo uma ditadura em plena democracia”.

O senador lembrou que mesmo antes de assumir a presidência Bolsonaro já defendia o fim do Ministério do Meio Ambiente.

“Ele não fez isso de direito, mas está fazendo isso de fato quando ele transfere a Agência Nacional de Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional, quando ele coloca fim na Secretaria de Mudanças Climáticas, no Plano de Combate ao Desmatamento, só essas duas medidas já impulsionam, já são um combustível para proporcionar o desmatamento e as queimadas que estão ocorrendo”, afirmou.

Durante a entrevista, Contarato cobrou “razoabilidade” de Bolsonaro e respeito às instituições e cientistas. “Espero que ele tenha a

razoabilidade, a sobriedade institucional, o equilíbrio, que ele infelizmente não tem demonstrado, espero que essa reação internacional faça com que ele repense, tenha uma postura diferenciada, porque a voz dele tem uma repercussão muito grande”.

O senador disse ainda que o agronegócio também está insatisfeito com a crise ambiental e preocupado com os prejuízos financeiros que isso pode acarretar e afirmou esperar que Bolsonaro “cumpra o papel de um presidente da República em uma democracia, respeitando as instituições, respeitando a academia, o posicionamento dos cientistas, das universidades, respeitando as ONGs. Ele, infelizmente, de forma irresponsável, criminaliza as ONGs, sem nenhum embasamento”, disse.

Contarato também defendeu que o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, vá à Comissão de Meio Ambiente do Senado para falar sobre a exoneração do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão. Segundo ele, a demissão do cientista “foi um assédio moral que aconteceu”, avaliou.

Impeachment de Ricardo Salles

Na última quinta-feira, a Rede Sustentabilidade protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) pedido de

impeachment do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por crime de responsabilidade. O texto também afirma que o ministro cometeu atos incompatíveis com a função “ao perseguir agentes públicos”.

A iniciativa, que partiu do senador Fabiano Contarato, foi acolhida por outros parlamentares do partido, como o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da Oposição e da Rede no Senado, e a deputada Joenia Wapichana (Rede - RR), que assinaram o documento junto com Contarato.

Segundo o documento, o ministro promoveu “desmonte” na área ambiental. E cita o afastamento, em abril, do presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), Adalberto Eberhard, que pediu demissão após o ministro ameaçar investigar agentes públicos diante de uma plateia de ruralistas, como um dos atos de desmonte.

Na justificativa de “crime de responsabilidade” e de “desmonte” promovido pelo ministério, o texto diz ainda que Salles infringiu a Constituição ao alterar a governança do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), conselho que reúne representantes do governo e de ONGs para discutir as políticas ambientais no país.

“Transferir Coaf ao Banco Central é golpe no combate à corrupção”, afirmam Delegados

Os sindicatos dos Delegados da Polícia Federal no Estado de São Paulo (SINDPF-SP) e dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (SINDPESP) repudiaram, em nota, a transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Banco Central.

Segundo as entidades, a medida “é mais um duro golpe no combate a crimes de corrupção e lavagem de dinheiro”. A importância do papel fiscalizador e de inteligência do órgão também é destacada pelos sindicatos, que defendem a sua autonomia.

“O presidente Jair Bolsonaro vem tentando intimidar instituições como a Receita e a

Polícia Federal, que deveriam estar livres de ingerências políticas, interferindo em seus comandos e quebrando todas as promessas de endurecer o combate à corrupção”, afirma a presidente do SINDPESP, Raquel Kobashi Gallinati.

Para a presidente do SINDPF-SP e diretora regional da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) em São Paulo, Tania Prado, “é de se estranhar que um governo eleito com a bandeira do combate à corrupção adote medidas que visam enfraquecer instituições que desempenham um papel de excelência”.

A nota afirma ainda que este é “o segundo golpe que o

Coaf recebeu este ano”, citando a suspensão determinada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, de todos os processos judiciais em que dados bancários de investigados tenham sido compartilhados pelo Coaf sem autorização prévia do Judiciário.

“Em um momento sensível como o que vivemos hoje, com pressões e tentativas reiteradas de interferência política na atuação de órgãos fiscalizadores, essa mudança pode atrasar e travar investigações de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, além de abrir uma brecha para indicações políticas dentro do órgão”, afirma Tania.



Audidores da Receita fazem dia de protestos contra interferências do governo em investigações

Os auditores-fiscais da Receita Federal se manifestaram em várias capitais do país, nesta quarta-feira, 21, contra as interferências do governo Bolsonaro nas investigações da instituição.

Os protestos começaram na terça-feira, com manifestação no Porto de Santos (SP), que reuniu auditores de Santos, São Paulo, Limeira, Piracicaba, região do ABC, Osasco e Barueri. Na terça também houve protesto em Santa Catarina e, nesta quarta, as manifestações aconteceram no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, Maceió, Manaus e outras capitais.

“A suspensão de investigações da Receita Federal para blindagem de agentes públicos, a mordada imposta ao Coaf, os injustos questionamentos do TCU quanto à remuneração dos Auditores, os puxadinhos à Lei do Abuso de Autoridade, as tentativas de ingerência políticas do alto do Planalto e as consequentes exonerações e afastamento de servidores precisam, urgentemente, encerrar uma forte reação da classe”, afirma a nota convocatória para os atos.

Os auditores também repudiaram a proposta do governo de transformar a Receita Federal em uma autarquia ou agência reguladora.

Os protestos também foram deflagrados com a crise aberta pela eventual substituição do delegado da Alfândega do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro (apontado como ponto crucial no combate às milícias

e ao tráfico), José Alex Nóbrega de Oliveira, e outras mudanças em postos-chave, cuja motivação para o afastamento a direção da Receita desconhece, deixando claro a tentativa do governo em obter controle político do órgão e seus agentes.

“Estamos recebendo interferências tanto do Supremo Tribunal Federal quanto do Tribunal de Contas da União, que estão cerceando o direito do Auditor e tirando a nossa segurança para trabalhar em relação às pessoas politicamente expostas”, afirmou Renato Tavares, presidente da Delegacia Sindical Santos.

Durante os protestos, os auditores denunciaram a situação de dois outros ocupantes do cargo que foram punidos de forma arbitrária com afastamento de suas funções pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

Outra denúncia foi em relação às medidas consideradas intimidatórias por parte do ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, que solicitou dados de procedimentos fiscais realizados nos últimos cinco anos, relacionados a autoridades dos Três Poderes, bem como os nomes dos auditores que atuaram nesses trabalhos.

“Ao pagar seus impostos, a população não gosta de saber da existência de uma elite de agentes públicos que está blindada da atuação do Fisco”, afirmou o presidente do Sindifisco Nacional, Kleber Cabral.



Senado aprovou a MP da escravidão sem trabalho aos domingos e feriados

Bira: Senado rejeitar trabalho aos domingos abre espaço para luta contra PEC da Previdência

“A rejeição da MP da escravidão, no Senado, que deixou de fora a tentativa de obrigar trabalho aos domingos e feriados, previsto nessa MP 881, abre espaço para derrotarmos também a PEC da Previdência”, declarou o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas. “É uma luz no fim do túnel”, disse, durante solenidade de homenagem ao professor Eduardo de Oliveira, na Assembleia Legislativa de São Paulo, na sexta-feira, 23.

NOVA REFORMA TRABALHISTA

Na quarta-feira, 21, o Senado Federal rejeitou a liberação do trabalho aos domingos e feriados, prevista na Medida Provisória 881/2019, aprovado no plenário.

O ponto era o mais polêmico da medida, que ficou conhecida como “minirreforma trabalhista” e desde que foi apresentada pelo governo, em abril, foi duramente rechaçada pelo movimento sindical, especialistas da área trabalhista e parlamentares da oposição.

Pelo texto agora retirado, o empregador só seria obrigado a conceder folga aos domingos a cada quatro semanas e não precisaria pagar o domingo ou feriado trabalhado em dobro, se determinasse outro dia para folga compensatória.

Embora o geral da medida continue sendo uma agressão aos direitos dos trabalhadores e um enorme retrocesso, com mais precarização e desregulamentação das relações de trabalho, a rejeição do trabalho aos domingos e feriados foi uma vitória significativa ante a determinação do governo Bolsonaro de escavar os trabalhadores, pois, além da questão em si, este item mexeria com o respeito às horas extras e tornaria totalmente sem controle as jornadas excessivas.

A retirada dos artigos que tratavam deste ponto se deu após requerimento do senador Fabiano Contarato (Rede-ES) que impugnou os “artigos 67 e parágrafo único; 68 e parágrafo único; e 70, todos da CLT, com redação dada pelo artigo 15 do PLV 21, de 2019, por tratarem de matérias estranhas à Medida Provisória 881, de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado”.

Segundo o senador, o item representava um “contrabando legislativo”.

No requerimento apresentado, o senador afirma que: “Durante a tramitação, ainda na Comissão Mista instalada para analisar a matéria, diversas emendas foram acatadas pelo relator, alterando substancialmente a redação originária. Nesse contexto, obviamente, foram inseridas diversas matérias estranhas ao objeto original da Medida Provisória. Destaca-se uma espécie de reforma trabalhista, que alterou diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”.

Outros pontos da MP que, embora muito criticados por representantes dos trabalhadores, permaneceram no texto são a obrigatoriedade do registro de ponto somente em empresas com mais de 20 funcionários, também a adoção do chamado registro de ponto por exceção, não só mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, mas também por acordo individual celebrado diretamente com o empregado. Somente as horas extras, férias e faltas é que deverão continuar a ser anotadas de acordo com esse sistema.

Outro item é a quase que total extinção da Carteira de Trabalho, que será substituída por um carteira digital. O documento terá como identificação única do empregado o número do CPF.

O texto aprovado também altera o Sistema de Escrituração Digital de Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), sistema digital que obrigou os empregadores (empresa ou pessoa física) a prestar todas as informações referentes a seus funcionários.

Outra questão que merece destaque é o afrouxamento das regras de fiscalização e prevenção de acidentes de trabalho, que também foi mantido do texto.

Para Ivone Silva, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, “a retirada desse ponto foi uma vitória da mobilização do movimento sindical, que fez pressão sobre os parlamentares e se articulou com os deputados e senadores progressistas, mas sabemos que a ameaça está mantida”.



Shipton, em ato pela liberdade para o filho Pai de Assange adverte que a saúde dele “se deteriora rápido” na Guantánamo britânica

O pai do jornalista Julian Assange, John Shipton, denunciou em entrevista a uma rádio comunitária de Melbourne na semana passada que a saúde do fundador do WikiLeaks continua a deteriorar-se na prisão de segurança máxima de Belmarsh – que muitos apontam como a ‘Guantánamo britânica’.

“Julian emagreceu e não está em bom estado de saúde”, assinalou Shipton, relatando uma visita feita alguns dias antes pelo irmão, Gabriel. “Julian está lutando, mas seu bem-estar está diminuindo rapidamente”, afirmou o pai de Assange, que acrescentou que o filho estava também “sofrendo de ansiedade”.

Shipton endossou a declaração no início do mês do cineasta e jornalista mundialmente reconhecido, também australiano, John Pilger, de que “perderemos Julian”, se seu brutal encarceramento não for barrado. Como escrevera Pilger: “Não se esqueçam de Julian Assange. Ou irão perdê-lo. Eu o vi na prisão de Belmarsh e sua saúde se deteriorou...”.

“Dá para acreditar que Julian, que é um tipo gentil e intelectual, fica trancado em uma prisão de segurança máxima?”, Shipton indagou ao entrevistador, Jacob Grech, sobre as draconianas condições no presídio de Belmarsh.

Situação ainda mais absurda, quando Assange foi enviado para uma prisão de segurança máxima apesar de sua condenação – aliás, por um tempo desproporcional – ter sido por faltar a uma audiência, por ter ido se asilar na embaixada do Equador, para evitar ser extraditado para os EUA por ter exposto os crimes de guerra de Washington. O que em qualquer outro caso seria punido com uma multa.

MAIS ARBITRARIEDADES

Shipton explicou que Assange estava “em uma cela 20 horas por dia e tem duas visitas sociais por mês”, além de algumas autorizações para encontro com os seus advogados. Mas as visitas sociais – escassas duas visitas no mês – ainda “podem ser arbitrariamente canceladas ou reduzidas no tempo”.

O pai de Assange relatou que, quando viajou da Austrália para Londres há dois meses e meio, “nos disseram que não poderíamos entrar” na prisão para uma visita pré-marcada com o filho encarcerado.

“Nenhuma razão foi dada”, disse Shipton, exceto que “havia compromissos conflitantes com médicos da prisão que viriam vê-lo. Então, eles usam os horários de visitas para fazer com que médicos o examinem, o que significa que uma visita social precisa ser cancelada.”

Shipton, junto com um membro da equipe do WikiLeaks e o artista chinês Ai Weiwei, retornou na semana seguinte para outra visita agendada. “Esperamos 46 minutos para Julian chegar”, disse ele. As autoridades da prisão alegaram que haviam “esquecido” de notificar Assange sobre a visita, daí a demora toda. O que resultou que a visita de duas horas a que Assange tem direito sendo reduzida pela metade. “Viajar da Austrália até Julian e passar apenas uma hora parece cruel para mim”, disse Shipton.

Matéria na íntegra pode ser lida em:
www.horadopovo.org.br

Navio Ocean Viking atraca na ilha de Malta com 356 imigrantes resgatados

Quando os mantimentos só durariam mais quatro dias e após duas semanas à deriva, o navio humanitário Ocean Viking, fretado pelas ONGs SOS Mediterrâneo e Médicos Sem Fronteiras, afinal recebeu autorização do governo de Malta para desembarque dos resgatados das águas do Mediterrâneo. Como a SOS Mediterrâneo postou, “depois de 14 dias de sofrimento desnecessário todas as 356 pessoas a bordo #OceanViking” finalmente desembarcaram em Malta.

O desembarque começou por volta de 23 horas (horário local) de sexta-feira e prosseguiu pela madrugada, com os migrantes sendo transportados em grupos de 15 para um barco militar maltês e levados para La Valeta, onde foram submetidos a exames médicos e alojados.

A SOS Mediterrâneo instou os governos europeus a criarem “um mecanismo de desembarque previsível” agora, após saudar que alguns países da União Europeia finalmente estejam dando um passo adiante “com uma resposta humana a este desastre humanitário no Mediterrâneo”.

Dois terços dos 356 imigrantes a bordo do navio humanitário de bandeira norueguesa são sudaneses, havendo também gente da Costa do Marfim, do Senegal

e de Mali. Cerca de uma centena são menores e há ainda quatro mulheres e cinco crianças pequenas. Os migrantes foram recolhidos pelo Ocean Viking de uma embarcação precária em que estavam há quatro dias à deriva ao largo da Líbia. Muitos estavam desidratados. Eles relataram sua passagem pela Líbia, onde padeceram abusos, maus-tratos, detenção arbitrária e até tortura.

A bordo, os Médicos Sem Fronteiras vinham garantindo uma refeição quente por dia e distribuindo açúcar e barras energéticas. O consumo de água estava racionado e os banhos limitados a duas duchas de 3 minutos por semana. Durante o dia, o navio desligava os motores e ficava à deriva, para poupar combustível.

Na terça-feira passada, a Justiça italiana acabara com o suplício dos resgatados a bordo do barco humanitário espanhol Open Arms, depois de uma agonia de 19 dias sem direito a porto seguro, ordenando o desembarque e passando por cima da proibição do ministro Matteo Salvini. A volta dos navios humanitários ao Mediterrâneo, que estavam praticamente bloqueados em prestar socorro, tornou-se inadiável depois que, no final de julho, dezenas de pessoas morreram afogadas diante das costas da Líbia.

Leia matéria em:
www.horadopovo.org.br

Papa: “É preciso controlar já incêndios na Amazônia”



Para o papa, “não é hora de desvarios e descabros em juízos e falas”

Trump sugere evitar furacões explodindo bombas nucleares

De acordo com o portal norte-americano Axios, o presidente dos EUA, Donald Trump, sugeriu o uso de armas nucleares contra furacões para impedi-los de atingir os Estados Unidos. “Eu entendi. Eu entendi. Por que nós não os matamos?”, disse Trump em uma reunião na Casa Branca com autoridades do Homeland (Segurança Interna) e da segurança nacional sobre a temporada anual de furacões, informou o Axios no domingo, citando uma fonte anônima.

“Eles começam a se formar ao largo da costa da África, enquanto eles estão se movendo através do Atlântico, nós soltamos uma bomba dentro do olho do furacão e isso o desfaz. Por que não podemos fazer isso?”, indagou o presidente bilariário, conforme o relato dessa fonte, que estava na sala.

Quem se recobrou do espanto mais cedo retrucou a Trump que “Senhor, vamos investigar isso”, depois de “quase cair para trás”, acrescentou a fonte.

“Você podia ouvir um peido de mosquito naquela reunião”, descreveu a fonte, explicando que as pessoas “foram tomadas pela surpresa”. “Depois que a reunião terminou, pensamos: ‘que f—? O que vamos fazer com isso?’”.

Ainda conforme o Axios, Trump levou a questão pela segunda vez a um alto funcionário

do governo, como descrito em um memorando de 2017 do Conselho de Segurança Nacional.

A fonte acrescentou que este memorando do NSC registrou “vários tópicos, não apenas furacões... Não era que alguém estivesse tão aterrorizado com a ideia de ‘bombardear furacões’ de Trump que eles o estorreceram. Eles apenas captaram os comentários do presidente”.

O portal buscou confirmar por outras vias a veracidade do delírio de Trump. Um alto funcionário do governo se recusou a confirmar ou negar o caso. “Não comentamos sobre discussões privadas que o presidente pode ou não ter com sua equipe de segurança nacional”, esquivou-se.

Outro alto funcionário do governo, questionado sobre o assunto, defendeu a ideia de Trump – quase confirmando tudo. “Seu objetivo – evitar que um furacão catastrófico caia no continente – não é ruim”, disse essa autoridade. “Seu objetivo não é ruim”, repetiu.

Fazendo por merecer o troféu puxa-saco do ano, o alto funcionário de Trump asseverou que “o que as pessoas perto do presidente fazem é dizer ‘eu amo um presidente que faz perguntas como essa, que está disposto a fazer perguntas difíceis’”.

Provavelmente expondo uma imagem um tanto exagerada de tipos como ele mesmo, o alto funcionário acrescentou que “é preciso pessoas fortes

para responder a ele da maneira certa quando coisas como essa surgem. Para mim, os alarmes não dispararam quando eu ouvi falar sobre isso”.

Apesar de toda essa profissão de fé sobre o amado presidente, numa concessão à sanidade básica, o alto auxiliar admitiu que “eu acho que alguém vai usar isso para alimentar a narrativa de que o ‘presidente é louco’”.

Segundo o Axios, o disparate surgiu pela primeira vez na década de 1950, mas, de acordo com os cientistas da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos EUA, a ideia – de jericó – “não funcionaria”.

Conforme a página Mito do Ciclone Tropical do órgão, “além do fato de que isso pode nem mesmo alterar a tempestade, essa abordagem negligencia o problema de que a precipitação radioativa liberada se moveria rapidamente com os ventos alísios para afetar áreas de terra e causar problemas ambientais devastadores”.

De acordo com as fontes, a ‘ideia’ de Trump jamais entrou em um processo político formal.

O Axios lembra ainda outro impedimento: seria uma violação do tratado internacional em vigor que proíbe explosões nucleares na atmosfera.

Curiosamente, ao final o portal registrou que a temporada de furacões nos EUA “vai até 30 de novembro”.

A. P.

Papa Francisco chamou a atenção dos “que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social: ‘Sejamos guardiões da criação’”

O papa Francisco alertou que “é preciso controlar os incêndios o quanto antes”, em sua oração de domingo, 25, na Praça São Pedro, no Vaticano.

“Estamos todos preocupados com os grandes incêndios que se desenvolveram na Amazônia. Oremos para que, com o empenho de todos, sejam controlados o quanto antes. Aquele pulmão de florestas é vital para o nosso planeta.”

Assim como o papa, manifestaram-se os bispos brasileiros, através de nota do dia 23, pedindo “medidas urgentes” e conclamando que se “levantem a voz por uma nova ordem social e política”, através de nota da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, CNBB, que publicamos ao final desta matéria.

Os bispos da América Latina, através da Conselho Episcopal Latinoamericano, também se manifestaram: “Nós, bispos da América Latina e do Caribe, queremos expressar nossa preocupação com a gravidade desta tragédia”.

Os bispos lembram que o papa já havia previsto desastres causados pela irresponsabilidade com o tema e referindo-se a manifestações como a de Bolsonaro: “Não é hora de desvarios e descabros em juízos e falas”, disse o papa ao pedir, a “todos os que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social: ‘Sejamos guardiões da criação’”.

CNBB DENUNCIA

Na sexta-feira (23), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu nota sobre a situação em que classifica de “absurdos incêndios” e outras criminosas depredações em curso na Amazônia. Confira a íntegra do documento:

“O povo brasileiro, seus representantes e servidores têm a maior responsabilidade na defesa e preservação de toda a região amazônica. O Brasil possui significativa extensão desse precioso território, com o rico tesouro de sua fauna, flora e recursos hidrominerais. Os absurdos incêndios e outras criminosas depredações requerem, agora, posicionamentos adequados e providências urgentes. O meio ambiente precisa ser tratado nos parâmetros da ecologia integral, em sintonia com o ensinamento do Papa Francisco, na sua Carta Encíclica Laudato Si’, sobre o cuidado com a casa comum.

“E urgente que os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil, adotem medidas sérias para salvar uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta – a Amazônia. Não é hora de desvarios e descabros em juízos e falas. ‘Levante a voz’ na voz profética do Papa Francisco ao pedir, a todos os que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social: ‘Sejamos guardiões da criação’.”

Evo afirma a “defesa da Mãe Terra não importa o custo ou esforço”

O presidente da Bolívia, Evo Morales, reafirmou que seu governo continuará usando todos os recursos necessários para apagar os incêndios na região da Amazônia boliviana, no sudeste do país, perto da fronteira com o Brasil e Paraguai. Assinalou que seu objetivo é preservar essa importante área natural “sem importar custo nem esforço”, porque essa região é determinante para o equilíbrio do clima do planeta.

Sem negar o problema, ao contrário de Jair Bolsonaro, o presidente boliviano anunciou a dimensão do dano e a tomada de medidas para combatê-lo. Na segunda-feira, 26, frisou que nenhum esforço será suficiente se “não atuamos unidos nesta hora crucial”. Segundo os últimos informes, o fogo teria consumido mais de 775.000 hectares em 35 comunidades de 11 municípios da região chamada de Chiquitania.

“Reiteramos o agradecimento a quase 4.000 servidores e voluntários de 17 instituições que nos acompanham na luta diária contra o fogo. Nada é mais valioso que nossa Mãe Terra; ela pode viver sem a gente, mas nós não podemos viver sem ela”, disse. “Somos um país forte e digno, lutando juntos temos superado muitos desafios em nossa história. Unidos vamos

‘Levante a voz pela Amazônia’ é um movimento, agora, indispensável, em contraposição aos entendimentos e escolhas equivocados. A gravidade da tragédia das queimadas, e outras situações irracionais e gananciosas, com impactos de grandes proporções, local e planetária, requerem que, construtivamente, sensibilizando e corrigindo rumos, se levante a voz.

É hora de falar, escolher e agir com equilíbrio e responsabilidade, para que todos assumam a nobre missão de proteger a Amazônia, respeitando o meio ambiente, os povos tradicionais, os indígenas, de quem somos irmãos. Sem assumir esse compromisso, todos sofrerão com perdas irreparáveis.

O Sínodo dos bispos sobre a Amazônia, outubro próximo, em sintonia amorosa e profética com a convocação do Papa Francisco, no cumprimento da tarefa missionária e da evangelização, é sinal de esperança e fonte de indicações importantes no dever de preservar a vida, a partir do respeito ao meio ambiente.

‘Levante a voz’ para esclarecer, indicar e agir diferente, superar os descompassos vindos de uma prolongada e equivocada intervenção humana, em que predomina a ‘cultura do descarte’ e a mentalidade extrativista. A Amazônia é uma região de rica biodiversidade, multiétnica, multicultural e multirreligiosa, espelho de toda a humanidade que, em defesa da vida, exige mudanças estruturais e pessoais de todos os seres humanos, Estados e da Igreja.

É urgente que os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil, adotem medidas sérias para salvar uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta – a Amazônia. Não é hora de desvarios e descabros em juízos e falas. ‘Levante a voz’ na voz profética do Papa Francisco ao pedir, a todos os que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social: ‘Sejamos guardiões da criação’.”

Vamos construir juntos uma nova ordem social e política, à luz dos valores do Evangelho de Jesus, para o bem da humanidade, da Panamazônia, da sociedade brasileira, particularmente dos pobres desta terra. É indispensável para promovermos e preservarmos a vida na Amazônia e em todos os outros lugares do Brasil. Em diálogos e entendimentos lúcidos, que se ‘levantem a voz’!”

Brasília-DF, 23 de agosto de 2019

Líderes acadêmicos, políticos e de movimentos sociais chamam “Diálogo Plural pela Venezuela”

Personalidades de amplos setores acadêmicos, políticos e sociais da Venezuela, preocupados pela grave situação nacional e o acirramento da crise institucional exacerbada no país pela polarização extrema, promoveram em Caracas um evento denominado “Iniciativa de Diálogo Plural por Venezuela”, com o objetivo de avançar na construção de espaços de encontro e diálogo para uma saída pacífica, constitucional, eleitoral e democrática que permita reinstitucionalização e a recuperação da governabilidade democrática do país.

Na Sala “Monsenhor Romero” da Paróquia Universitária, realizou-se, no dia 23, uma coletiva de imprensa cujos porta-vozes foram a socióloga, coordenadora do Observatório Global dos Meios de Comunicação, Sessão Venezuela, Maryclen Stelling, e o ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Pedro Nikken, na qual deram a conhecer a iniciativa e sua Declaração Pública.

“A missão é promover o diálogo entre os venezuelanos como a via para dirimir nossas diferenças e estabelecer acordos que vitalizem e fortaleçam o tecido social e institucional”, assinalaram. Nesse mesmo



Socióloga Maryclen Stelling apresenta a Declaração

sentido, declaram “rechaçar qualquer forma de violência, ingerência ou imposição estrangeira” e chamam as partes para que dialoguem com o firme compromisso de alcançar acordos focados em garantir a governabilidade e a soberania. De igual forma respaldam o processo de diálogo iniciado com a ajuda do governo da Noruega, o qual esperam que possa ser culminado exitosamente apesar dos contratempos que possam surgir no caminho.

No encontro com a imprensa, respaldando esta iniciativa estiveram personalidades de diferentes âmbitos políticos e de importante representatividade institucional: Inés Quintero, Presidente da Academia Nacional de História; Edgardo Lander, professor da Universidade Central da Venezuela, UCV;

Ignacio Ávalos, do Observatório Eleitoral Venezuelano; Carlos Azpúrrua, cineasta, deputado da Assembleia Nacional Constituinte; Francisco José Virtuoso, Reitor da Universidade Católica Andrés Bello, UCAB; Mireya Lozada, psicóloga da UCV, especialista em resolução de conflitos; Vladimir Villegas, jornalista, ex-vice-chanceler e ex-embaixador da Venezuela no Brasil durante o governo de Hugo Chávez; Gustavo Márquez Marín, da Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição; Oscar Schemel, deputado da ANC e comunicador social; Santiago Arconada da Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição; Héctor Navarro, professor da UCV, e da Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição, entre outros participantes no evento.

Trump ordena prisão de famílias de imigrantes por tempo indefinido



Bombardeio britânico durante a Guerra do Ópio - Pintura de E. Duncan (1843)

Hong Kong e a ocupação que ainda não terminou

ALDO REBELO*

Hong Kong, um dos últimos enclaves britânicos e, portanto, do ocidente, segundo o conceito de guerra civilizatória em moda, foi devolvido à China, ou seja, ao oriente, em 1997, depois de 155 anos de ocupação.

Mas a batalha por Hong Kong está longe de terminar. A ilha foi tomada dos chineses em 1842 ao término da primeira Guerra do Ópio, no primeiro grande ciclo de expansão do Império Britânico, quando o tear e a canhoneira a vapor construíram o império no qual o sol nunca se punha.

A Inglaterra combatia o tráfico de escravos no ocidente e impunha, pelas armas, o tráfico de drogas no oriente. O ópio, produzido a partir da papoula das colônias britânicas na Ásia, contrabandeado, ajudava a equilibrar a balança comercial deficitária com a China.

Depois das seguras guerras perdidas para o ocidente, a China foi obrigada a aceitar tratados de paz humilhantes e a ceder dezenas de seus portos aos impérios coloniais europeus e aos Estados Unidos. Daí nasceu a expressão “negócio da China” para caracterizar qualquer transação extremamente vantajosa para uma das partes. Até a Revolução conduzida por Mao Tsé-Tung, em 1949, era possível encontrar à entrada do bairro inglês em Xangai a inscrição: “Proibida a entrada de cães e de chineses”. Até o início do Século XIX, a China era a primeira economia do mundo, algumas vezes maior que a economia britânica, com a qual acumulava expressivo saldo comercial. Para tentar abrir o mercado chinês aos produtos britânicos, o rei George III enviou uma grande delegação à China, chefiada por lord Macartney. A numerosa comitiva fez uma escala de um mês no Porto do Rio de Janeiro para descanso e reabastecimento a caminho da China.

A disputa por Hong Kong não é por mais ou menos democracia, é muito mais do que isso, é por mais ou menos hegemonia entre China e Estados Unidos

Mas o imperador Qianlong, depois de fazer a missão real esperar mais de 30 dias, recebeu lord Macartney em audiência para negar todas as propostas do rei George, inclusive a permissão para abrir uma embaixada na China. Não impressionaram Qianlong nenhuma maravilha da indústria britânica e nem os canhões enviados de presente pelo monarca da Inglaterra.

O resto da história é bem conhecido. Depois de mais duas tentativas diplomáticas de apresentar aos chineses as conquistas da tecnologia e da indústria a vapor, os britânicos decidiram enviar as canhoneiras a vapor e os portos chineses foram bombardeados e ocupados. O ópio e as demais mercadorias britânicas passaram a ter acesso livre ao gigantesco mercado do país asiático, pelos “tratados desiguais” como denominaram os chineses as atas de rendição impostas pelo império ocidental em expansão.

A China conheceu então um longo período de declínio, revertido a partir da Revolução de 1949, e principalmente, depois das reformas promovidas pela liderança de Deng Xiaoping.

A devolução de Hong Kong foi acertada, no começo de década de 1980, entre a primeira ministra Margaret Thatcher e o líder Deng Xiaoping, e consumada em 1997, depois de 155 anos de domínio britânico.

Hoje, Hong Kong é colhida no epicentro da disputa geopolítica, científica, tecnológica, comercial, diplomática e militar entre os Estados Unidos e a China. Ameaçados em sua supremacia pelo rápido desenvolvimento de seu concorrente, os Estados Unidos procuram bloquear por todos os meios a ascensão chinesa ao posto mais elevado do pódio da economia mundial.

A China, protegida pela expansão de sua economia gigantesca e pela disponibilidade de recursos para investimentos e crédito interno e externo, não está disposta a renunciar aos dividendos decorrentes de sua posição privilegiada. Deseja o máximo de segurança para suas rotas de navegação no Mar do Sul da China e para seu ambicioso projeto da nova rota da seda, denominado One Belt, One Road (Um cinturão, uma rota), o que inclui passagem pelo Pacífico e pelo Índico, vigiados pela supremacia da esquadra norte-americana.

Hong Kong e seu modelo de “um país e dois sistemas” é o ambiente ideal para o ocidente, leia-se Estados Unidos, testar os nervos e a resiliência do gigante asiático.

O presidente Trump tem feito uma defesa moderada das manifestações em Hong Kong, mas Pequim sabe que dólares norte-americanos abastecem as ONGs e os movimentos democráticos na ilha, além do apoio midiático, é claro.

Um porta-voz oficial chinês deu o tom da reação ao problema: “Nós gostaríamos de deixar bem claro para o grupo bem pequeno de criminosos inescrupulosos e violentos e para as forças sujas por trás deles: aqueles que brincam com fogo morrerão queimados”.

A disputa por Hong Kong não é por mais ou menos democracia, é muito mais do que isso, é por mais ou menos hegemonia entre China e Estados Unidos. Não era por democracia no Iraque e na Líbia, era por petróleo. Estados Unidos e China sabem disso e se movem em Hong Kong a partir desta lição.

*Aldo Rebelo é jornalista, foi ministro da Coordenação Política e Relações Institucionais; do Esporte; da Ciência e Tecnologia e Inovação e da Defesa nos governos Lula e Dilma

Fontes: Bonifácio e Vermelho



Patrulheiro norte-americano aborda famílias na fronteira México-EUA, em El Paso

China sancionará empresas dos EUA que venderem armas para Taiwan

A China repudiou a venda anunciada pelo Pentágono de 66 caças F-16 a Taiwan, exigiu seu cancelamento em respeito ao princípio de ‘Uma Só China’ e advertiu que irá impor sanções contra as empresas norte-americanas envolvidas e tomará todas as medidas necessárias em defesa de seus legítimos interesses.

“A China se opõe firmemente ao plano e apresentou protestos solenes aos EUA”, afirmou porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Geng Shuang, em entrevista coletiva. O plano de venda dos aviões de guerra a Taiwan, no valor de US\$ 8 bilhões, foi oficializado pelo Pentágono ao Congresso norte-americano na quarta-feira.

Geng denunciou que o plano dos EUA de venda de armas a Taiwan viola seriamente as leis internacionais e as normas básicas que regem as relações internacionais, bem

como o princípio de Uma Só China e os três comunicados conjuntos China-EUA, especialmente o Comunicado de 17 de Agosto.

“[Tal movimento] constituiu uma grave interferência nos assuntos internos da China e prejudica a soberania e os interesses de segurança da China”, enfatizou Geng.

O porta-voz disse que a questão de Taiwan diz respeito à soberania e integridade territorial da China e, portanto, aos interesses fundamentais da China. “A China tem firme determinação em salvaguardar sua própria soberania, unidade e segurança nacionais”.

Geng instou o lado norte-americano a aderir ao princípio de Uma Só China e as disposições relevantes estabelecidas nos três comunicados conjuntos China-EUA, a cancelar imediatamente o plano de venda de armas acima

mencionado, cessar a venda de armas a Taiwan e suspender os laços militares com a ilha. “Caso contrário, todas as consequências decorrentes serão enfrentadas pelos EUA”, acrescentou Geng.

Também o porta-voz do Departamento dos Assuntos de Taiwan do Conselho de Estado da China, Ma Xiaogang, assinalou que o plano de venda de armas “minou seriamente as relações China-EUA e danificou flagrantemente as relações através do Estreito”, destacou.

Pelos acordos que normalizaram na década de 1970 as relações entre EUA e China, negociados por Richard Nixon e por Jimmy Carter, Washington reconheceu o princípio de ‘Uma Só China’ – o que significa que a China continental e Taiwan são um só país.

Leia mais horadopovo.com.br

Teste de míssil prova que Washington violava Tratado INF muito antes de sair, afirma Rússia

Diante do teste, pelos EUA, de um míssil que estava bandido até o dia 1º deste mês sob o Tratado INF, o presidente russo Vladimir Putin salientou que os norte-americanos “testaram esse míssil muito rapidamente – muito rapidamente depois de anunciarem que estão deixando o acordo”.

A declaração foi feita durante sua visita a Helsinque, Finlândia, na quarta-feira (21). O teste, que segundo o Pentágono obteve êxito, aconteceu no domingo no litoral da Califórnia e o míssil, que foi disparado a partir de um lançador vertical MK41, percorreu mais de 500 km.

Putin acrescentou que, dado isso, “temos todas as razões para acreditar que o desenvolvimento para torná-lo um míssil lançado no solo – é um projétil marítimo – começou muito antes de os

EUA começarem a procurar razões para deixar o acordo”.

A observação de Putin reforça a declaração oficial da diplomacia russa no dia anterior de que a realização de um teste de míssil terrestre intermediário pelos EUA “em prazo extremamente apertado” – duas semanas após o fim do Tratado que proibia o uso, fabricação e pesquisa desse tipo de arma – “é a mais clara e explícita confirmação” de que Washington esteve violando o Tratado INF desde muito antes.

“O governo dos Estados Unidos toma de maneira flagrantemente o caminho de uma escalada de tensões militares, mas não cederemos à provocação”, afirmou o vice-ministro das Relações Exteriores, Sergei Ryabkov.

O Tratado INF, que proibia a EUA e Rússia mísseis ter-

restres de alcance entre 500 e 5500 quilômetros, assinado em 1987 por Reagan e Gorbachev, detendo o premente risco de guerra nuclear no teatro europeu na época, foi oficialmente encerrado em 1º de agosto, após em fevereiro Washington ter oficializado sua saída, o que, reciprocamente, forçou Moscou a fazer o mesmo.

Cinicamente, o Pentágono asseverou ter iniciado o desenvolvimento “conceitual” do novo míssil de cruzeiro só depois de os EUA terem abandonado o Tratado INF “em fevereiro”.

Antes de se retirar unilateralmente do Tratado INF, o regime Trump buscou jogar a culpa sobre a Rússia, dizendo que eram os russos que teriam violado o acordo, com o desenvolvimento de um novo míssil.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Pentágono cancela projeto antimíssil com a Boeing por “problemas insuperáveis”

O subsecretário do Pentágono para Pesquisa e Engenharia anunciou a rescisão do contrato de quase US\$ 6 bilhões assinado com a Boeing para desenvolver um novo interceptador de mísseis balísticos.

A rescisão ocorreu devido a diversos “problemas técnicos” apresentados pelo projeto (Redesigned Kill Vehicle (RKV), conforme anúncio de Mike Griffin na quinta-feira (22).

“Os programas de desenvolvimento às vezes encontram problemas. Após termos feito as devidas diligências, decidimos que nosso caminho não seria frutífero, então não seguiremos adiante”. Encerrar o projeto foi a coisa mais responsável a fazer”, avaliou Griffin ao portal Defense News.

O programa RKV da Boeing custaria cerca US\$ 5,8 bilhões (R\$ 23,6 bilhões) e deveria

substituir o Veículo Exoatmosférico de Matar do Pentágono, além disso, ele seria instalado em 64 futuras bases terrestres norte-americanas.

O programa RKV foi lançado em 2016. A Agência de Defesa de Mísseis (MDA, na sigla em inglês) planejava realizar o primeiro teste em 2019, no entanto, o programa foi adiado para 2025, segundo o portal Breaking Defense.

“Uma ordem para interromper os trabalhos foi emitida já em dezembro do ano passado, depois de a Boeing e a MDA adiarem uma revisão crítica do projeto devido a problemas em “componentes críticos”.

“O departamento estabeleceu que os problemas técnicos do projeto eram tão significativos quanto insuperáveis em termos de custo”, esclareceu Griffin.

A medida anula o limite máximo de 20 dias estabelecido pelos tribunais para impedir os longos períodos de detenção das famílias com a separação dos filhos

Apóstando em sua odienta estratégia eleitoral de fazer dos imigrantes os bodes expiatórios de todos os males nos Estados Unidos, o presidente Donald Trump anunciou que vai manter em detenção indefinida as famílias de imigrantes capturadas na fronteira, crianças incluídas, e ainda ameaçou revo- gular a 14ª Emenda à Constituição, para tirar dos filhos de imigrantes que nasçam em solo americano a condição de cidadãos.

Em suma, o “envie-os de volta” é de fato seu slogan oficial de campanha.

Incapaz de abafar a desaceleração na economia – que muitos já acreditam que irá à recessão –, impasse na sua guerra comercial contra o mundo, crescente oposição interna e queda nas pesquisas, Trump tenta empurrar a eleição para o tema “é o muro, estúpido” e se manter na Casa Branca apelando abertamente para a xenofobia e o racismo.

O interino no comando do Homeland (segurança interna) e dos campos de concentração de imigrantes, Kevin McAleenan, disse na maior desfaçatez, em defesa da investida de Trump, que “uma criança não será mais um passe livre nos EUA para os pais”.

A medida do regime Trump contra as famílias e as crianças anulou o atual limite de 20 dias estabelecido pelos tribunais para proteger o bem-estar das crianças, conhecido como o Acordo de Flores.

Isso permitirá ao governo manter indefinidamente em detenção menores capturados, algo que o regime Trump vem tentando desde o ano passado, depois que uma decisão judicial suspendeu a separação das crianças de seus pais – eram milhares –, após escândalo que chamou a atenção do mundo e causou protestos no país inteiro.

McAleenan admitiu que o objetivo é cassar o acordo de Flores em vigor desde 1997, que, segundo Trump, promove a migração ao supostamente passar a ideia de que os indocumentados que viajam com crianças serão liberados se forem pegos na fronteira.

O arbítrio foi imediatamente repudiado pelas entidades de defesa das liberdades civis e dos imigrantes. Peter Schey, presidente do Centro de Direitos Humanos e Direito Constitucional, que encabeçou a conquista do Acordo de Flores, denunciou que esta medida traz à luz “a cruel indiferença à saúde, segurança e vida das crianças detidas”.

A Anistia Internacional postou: “isso é mais do que cruel. Está além da lógica e da humanidade”. A União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU) já afirmou que irá à Justiça contra o novo acinte de Trump.

“A negligência e o abuso cruel e constante de crianças migrantes detidas pela ICE (Agência de Imigração e Alfândega) do governo Trump comprovam, sem sombra de dúvida, que as proteções de Flores nunca foram tão críticas quanto hoje”, afirmou o advogado de imigração David Leopold, da America’s Voice.

A diretora do Comitê Internacional de Resgate (IRC), Jenn Piatt, denunciou que o governo Trump – que argumentou “que as crianças sequer merecem uma escova de dente” nos centros de detenção – busca com a medida “minar as proteções mínimas garantidas por Flores”.

A advogada e ativista

advertiu que a cassação do acordo de Flores “só exacerbou as condições perigosas nos centros de detenção revelados recentemente pelo Inspetor-Geral do Homeland”. “Buscar asilo é legal, e ninguém – muito menos crianças – deve ser punido por fazê-lo”.

“O governo precisa de uma aula de história. Flores foi posto em prática porque o governo rotineiramente demonstrou que era incapaz de tratar as crianças imigrantes em detenção, mesmo remotamente bem”, assinalou a dirigente do IRC. Durante décadas no país, crianças imigrantes foram “submetidas a detenções prolongadas com adultos e criminosos não relacionados, simplesmente por buscarem segurança”, denunciou.

AMEAÇA À 14ª EMENDA

Horas depois, Trump – sem ter poder para fazer isso sozinho – ameaçou retirar o direito à cidadania de filhos de imigrantes nascidos nos EUA, que é assegurado pela 14ª Emenda à Constituição.

Em um surto incontido de xenofobia – ainda mais se tratando de um descendente de imigrante – Trump anunciou que estava “olhando para isso [a cidadania inata] muito à sério”.

Continuando, o bilardiário disse que “você tem um bebê em nossa terra – ande pela fronteira, tenha um bebê, parabéns, o bebê agora é um cidadão americano. E, francamente, ridículo”.

A cláusula de cidadania inata da 14ª Emenda rejeitou a concepção de que direitos e cidadania derivam de sangue, raça ou status social privilegiado. Foi conquistada e inserida na Constituição em resposta à abjeta e covarde decisão da Suprema Corte de 1857, Dred Scott v. Sandford, que determinou que as pessoas de ascendência africana não eram cidadãos e não tinham direitos democráticos, não importando quanto tempo eles e seus antepassados tivessem vivido nos Estados Unidos.

Como a eleição é no ano que vem, Trump tem tido muita pressa em exacerbar o racismo e chauvinismo de seu eleitorado, que está aceso para pegar o culpado pelo buraco em que estão afundados, depois de décadas de neoliberalismo, desindustrialização e guerras trilionárias, tudo coroado pelo crash de 2008 e o resgate de Wall Street por Obama. Claro, os culpados não são os magnatas, são os horribles mexicanos, assevera o louro presidente.

POBRE, NUNCA

Antes da decisão de estender às crianças a detenção indefinida da sua política de “tolerância zero”, Trump praticamente proibiu a concessão de cidadania a imigrantes pobres ou que imigrantes da América Central possam pedir asilo (cláusula do ‘terceiro país’), negou o direito de asilo aos imigrantes que fogem da perseguição com base em seu status de família – caso das mulheres que fogem da violência doméstica –, e realizou os maiores ataques em uma década a fábricas de processamento de aves no Mississippi.

Mas sempre pode piorar, em se tratando de Trump.

Comunicado da Alfândega e da Patrulha da Fronteira informou que o governo federal dos EUA não vacinará os migrantes antes da temporada de gripe deste ano...

ANTONIO PIMENTA

Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br

Venda da Embraer à Boeing é crime contra o Brasil, alerta engenheiro do ITA - (4)

Continuação da edição anterior

Muitos “sábios de plantão” e “especialistas” caracterizam a Embraer como uma mera “integradora”; vamos desconstruir esta afirmação considerando o segmento de aviação comercial. A Embraer projeta aeronaves; sim! Projeta aeronaves de excelência

SÉRGIO CRUZ

NEGÓCIOS

A Embraer dispõe de um Corpo de Executivos de primeira linha. Profissionais competentes, articulados e de grande agilidade empresarial. Estruturam e realizam projetos e negócios complexos com vários países, atuando em todos continentes e em diferentes culturas; firmam parcerias eficientes, consistentes e com elevados padrões de governança corporativa.

Os Executivos da Embraer serão os primeiros a serem demitidos

Esse grupo profissional seria imediatamente extinto e passaríamos a ser controlados pelos executivos designados pelo time da Boeing em Chicago.

Em relação aos Executivos da Boeing sediados em Chicago, devemos apresentar algumas palavras. Deve ser registrado que esses Executivos tiveram desempenho pífio, com resultados inadequados, quando da condução do projeto do Boeing 787.

Transferiram atividades de engenharia e não realizaram o controle diligente de custos, prazos e riscos, o que resultou em grandes atrasos e explosão de custos. Alguns analistas preveem que, mesmo após a venda de 2000 aeronaves, o programa do Boeing 787 finalizará com um prejuízo de 20 bilhões de dólares.

Esse fato pode resultar da distância física, cultural e organizacional entre o time gestor baseado em Chicago do grande time de Gestores, Aviadores e Engenheiros estabelecidos em Seattle, os grandes homens e mulheres que edificaram a Boeing. Durante a Segunda Guerra as mulheres constituíam a maior parte de força de trabalho de produção.

Referência especial deve ser registrada à competência de William McPherson Allen, CEO da Boeing de 1945 a 1968, responsável pelo lançamento dos projetos do Boeing 727, 737 e 747, que revolucionaram a aviação comercial.

O PROJETO AERONÁUTICO

Muitos “sábios de plantão” e “especialistas” caracterizam a Embraer como uma mera “integradora”; vamos desconstruir esta afirmação considerando o segmento de aviação comercial. A Embraer projeta aeronaves; sim! Projeta aeronaves de excelência.

IMAGINEMOS UM GRANDE HANGAR, dentro do qual tenhamos alguns motores, quantidades de chapas e rebites, fios elétricos, tintas, inúmeras caixas pretas eletrônicas; todos esses itens com perfeito padrão aeronáutico.

FAZER VOAR. A fase seguinte se trata de recortar, conformar, pregar, montar, juntar, enfim, fazer dessas coisas uma aeronave que pelo menos faça UM ÚNICO VOO e pouso inteira, sem faltar pedaço (parte despreendida em voo).

Existe no mundo algo da ordem de 20 organizações que conseguem fazer isso.

FAZER VOAR COM SEGURANÇA. O desafio de engenharia agora está relacionado à segurança técnica, o “safety”. Essa aeronave deve ser projetada com redundâncias e margens de segurança que proporcionem

uma probabilidade de falha técnica catastrófica **menor que uma a cada 10 milhões de horas de voo** (10 milhões é um número real e não uma citação de exagero).

Existe no mundo algo da ordem de 10 organizações que conseguem fazer isso.

FAZER VOAR DE FORMA SEGURA E LUCRATIVA. Essa aeronave deve ser projetada, produzida e suportada em serviço de forma a ter um custo por assento por hora de voo da ordem de 40 a 50 Dólares.

Existem em torno de 5 organizações capazes no mundo, mas somente a Embraer consegue fazer isso direito e de forma consistente em todos seus projetos de aeronaves comerciais. Analogamente, esse padrão de excelência também ocorre nas aeronaves executivas e militares.

A Airbus se atropelou no projeto do A380 e simplesmente cometeu um erro infantil. Projetou uma aeronave de asas curtas e largas resultando em alto arrasto induzido. (asas com alongamento de 7,5 quando o desejável seria 9,5 – consumo de combustível 10% maior).

O maior consumo de combustível elimina completamente a margem de lucro.

A Embraer, de forma diligente e responsável, projetou três tipos de asas diferentes para a linha 170 190 E2, visando a máxima eficiência de cada um dos três modelos de aeronave. Os demais fabricantes utilizam a mesma asa para diferentes modelos.

A Boeing apresenta evidências de perda do elã no seu time de engenharia. Perdeu a energia vital da equipe de projeto; o senso de time coeso e forte, apto a vencer desafios.

O grupo remanescente trabalha em criar novos modelos de tipos antigos de aeronaves já certificados; ocorre de criarem pontas de asas de múltiplas aletas, com formas exuberantes de cimitarras saracenas, coloridas de escarlate (os brasileiros, descendentes dos tupiniquins que receberam Cabral em Porto Seguro, ficamos maravilhados com esses apitos e guizos e achamos isso a mais alta tecnologia).

Os novos modelos do Boeing 737 têm a mesma estrutura de fuselagem e comandos de voos mecânicos dos anos 50. No período dos anos 80 até hoje a Boeing somente realizou (projeto e certificação) dois novos projetos de tipo completo: o Boeing 777, no início dos anos 90, projeto de muito alto padrão, realizado sob a gestão do time ainda presente em Seattle, e o Boeing 787 entre 2000 e 2010, projeto desse de altíssimo custo, com grandes atrasos e de duvidoso retorno financeiro. Esse projeto já foi conduzido sob a batuta do time de Chicago.

DIFICULDADES RECENTES DA BOEING

A Governança Corporativa da Boeing apresentou alguns problemas relevantes a partir dos anos 90. Deve ser registrado que a Embraer também teve problemas dessa natureza; algo que faz parte da agressividade do time de negócios da Indústria Aeronáutica, onde por vezes se ultrapassa a tênue linha vermelha da legalidade de determinadas legislações locais.

SONIC CRUISER – Apresentou para o mercado uma proposta de avião comercial que iria voar em cruzeiro a



MACH 0,98 (98% da velocidade do som). Proposta dessa natureza nunca foi levada a sério pelos setores de engenharia de performance das Cias Aéreas. Trata-se de uma aeronave projetada para voar exatamente na velocidade conhecida pelo senso comum de “barreira do som”, onde o arrasto de onda atinge seus valores máximos. Evidente que o simples fato de propor tal tipo de aeronave já denegria a imagem da Boeing.

QUALIDADE DE PRODUÇÃO – Ocorreu uma iniciativa de dobrar em poucos meses a cadência de aeronaves produzidas, resultando em grave queda de qualidade e intervenção da Autoridade Aeronáutica FAA, internamente, na linha de produção, visando restabelecer o padrão.

CONTRATOS DE FOGUETES – Problemas de utilização indevida de cópias de projetos da concorrente Lockheed em 2003.

BOEING 787 – O projeto apresentava em 2016 um custo diferido total de 33 bilhões de dólares. Em meados de 2015, cada Boeing 787 estava sendo comercializado com uma margem negativa de 25 milhões de dólares. O baixo preço do concorrente Airbus A330NEO, 25% mais barato, inviabiliza a produção lucrativa e se torna provável que esse prejuízo não seja revertido.

PROJETOS ANTIGOS – Um dos principais produtos da Boeing, o Boeing 737, atingiu seu limite conceitual. Este tipo de aeronave teve sua certificação no ano de 1967; deve ser totalmente reprojetoado para se tornar competitivo frente aos modelos da família Airbus 320, certificado em 1988.

O IMPACTO NO AMBIENTE FUTURO DE CT&I AERONÁUTICO

A venda do controle da Engenharia e Produção da Embraer para a Boeing resultará em grande redução de investimentos públicos de Ciência Tecnologia e Inovação no segmento aeronáutico.

O autor desta contribuição liderou a construção da proposta de pesquisa de aeronave com propulsão híbrida elétrica. Este projeto de Alta Tecnologia e Inovação foi acolhido com prioridade pelo Conselho Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação da Presidência da República em fins de 2017.

Uma das modalidades de aporte de recursos poderia ser a subvenção econômica. Seria aplicada para custear as pesquisas de baterias de grande capacidade e o desenvolvimento de motores elétricos com especificações aeronáuticas.

Em consequência desse projeto, o Brasil poderia adquirir posição de liderança no setor, com imenso retorno na aplicação dessas tecnologias em motores elétricos e baterias para utilização massiva automobilística.

A questão que se levanta: como convencer as Comissões de Ciência e Tecnologia da Câmara e do Senado para incluir recursos orçamentários

no PPA Plano Plurianual 2020 2023 e na LOA Lei de Orçamento de cada ano para um desenvolvimento que seria aproveitado pela Boeing?

Ou seja; esse projeto morre; já nasce falecido, com esse cenário; em que pese a prioridade dada pela Presidência.

O CASO DA FÁBRICA DE HAVILLAND EM TORONTO, CANADÁ

Em meados dos anos 90, a Boeing adquiriu o controle da fábrica De Havilland, em Toronto, um “cluster” aeronáutico com 67 anos de produção aeronáutica contínua.

Após a aquisição pela Boeing, foram fechadas as linhas de produção de asas do Boeing 717, do MD-11, e a fábrica foi fechada, todos os trabalhadores demitidos e as instalações demolidas. Tratava-se de um sítio histórico face à produção durante a guerra. Em 2006 a Mitsubishi japonesa abriu uma nova fábrica em Toronto visando aproveitar a expertise local na fabricação de asas para as aeronaves da Bombardier canadense.

Em 1985, o governo do Canadá vendeu a De Havilland, tendo garantias da Boeing que não ocorreria fechamento de linhas de produção. Logo após a aquisição, a Boeing encerrou a produção dos modelos de sucesso de mercado Dash 7 e Twin Other. O Twin Other voltou a ser produzido por outra empresa, estando em produção até hoje.

Em reportagem do Los Angeles Times de 1985, a Boeing declarava que iria investir e modernizar a produção, tendo de fato fechado as linhas de produção e destruído o ferramental e demolido as instalações; trata-se de um antecedente terrível.

DESTINO DO TIME DE ENGENHARIA

Não há garantia que os engenheiros da Embraer continuem na parte da Embraer a ser vendida para a Boeing. São profissionais altamente qualificados com consciência que esta venda resultará num único projeto; o de uma aeronave de médio porte, após o qual, provavelmente, grande parte será demitida.

Nesse contexto é razoável assumir que fração grande destes cobiçados engenheiros receberão propostas da Airbus, da Mitsubishi e da COMAC China.

Aqui no Brasil, controlados por brasileiros, eles estariam a trabalhar em novos projetos, incluindo o apoio do governo em novos projetos em tempos de crise. Como empregados da Boeing, não têm nenhuma garantia. Para se ter um padrão estrangeiro, é natural que se torne empregado do patrão que pague o melhor salário.

MOMENTO DO MERCADO DA AVIAÇÃO COMERCIAL DE MÉDIO PORTE

O mercado demanda uma

aeronave de 180 a 280 assentos para rotas oceânicas da ordem de 7.500 Km, a um custo operacional menor que US\$ 40,00 por assento por hora. A Boeing prevê um novo tipo, o NMA, New Midsize Airplane.

A Airbus já lançou o modelo A321LR com 244 assentos e motores de tecnologia “Gearred Fan”, muito econômicos. Trata-se de um concorrente de peso para a Boeing. Em pouco tempo, a Airbus se apressou em fazer um voo demonstrativo de Paris a Nova Iorque, sinalizando que entrou forte no jogo. A mesma Airbus já sinaliza o modelo A322, onde seriam incorporados refinamentos de projeto, em especial asas mais eficientes e materiais mais leves.

O modelo A322 derivaria do certificado de tipo da família A320, implicando em prazos e custos de desenvolvimento da ordem de um terço de um novo tipo de aeronave.

APELO POR UMA ATUAÇÃO DA FAB

A competência brasileira em produção e projeto aeronáutico se desenvolveu ao longo de 68 anos, contados a partir do ano de 1950, quando foi criado o ITA, por iniciativa do Marechal Casimiro Montenegro Filho.

Ao longo desse período, a Força Aérea Brasileira protagonizou esse processo por meio da criação e custeio da Escola de Engenharia, o ITA; estabeleceu um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, o CTA (atual DCTA) e implantou a atividade de certificação aeronáutica, realizada no IFI – Instituto de Fomento e Coordenação Industrial.

Visando manter economicamente sustentável esse processo, a FAB contratou junto à Embraer a aquisição de aeronaves, mantendo um fluxo contínuo de novos projetos e produção industrial. Este papel de protagonismo alcança o momento presente, materializado pela contratação e pagamento integral do projeto e produção de 28 aeronaves KC-390, capacitando a Embraer a projetar, ensaiar e produzir aeronaves de grande porte.

Nesse contexto, é de fundamental importância que a FAB, realçada à condição de protagonista do processo, tenha tempo adequado, um prazo, para realizar as verificações, análises e formalizar os pareceres técnicos pertinentes, emitidos formalmente e firmados pelas autoridades técnicas e agentes públicos, comandantes e diretores responsáveis pelas instituições.

Uma decisão inopinada, rápida, não suportada por pareceres técnicos, uma decisão digamos vulgar – como se estivéssemos tratando do caso Embraer como se fosse uma fábrica de sabonetes, um caso vulgar e comum; essa decisão será confrontada nos devidos tribunais federais por meio de ações públicas que já estão a se materializar.

Nesse contexto, é de fundamental importância a realiza-



Engenharia é compartilhada por executivos, comerciais e militares

ção de duas ações.
PRIMEIRA – Recomenda-se que o STF, enquanto Poder da República impeça qualquer decisão formal do Poder Executivo referente à Ação de Classe Especial antes da formalização dos Pareceres.

SEGUNDA – Os Agentes Públicos do Poder Executivo devem desempenhar suas atribuições buscando a identificação e solução prévia de todos impactos sobre os interesses públicos, antes de submeter o tema à apreciação dos Agentes Públicos do primeiro escalão.

A Embraer está finalizando simultaneamente o KC390 e a família E2, portanto o time de engenharia está pronto e afiado. O projeto do KC390 é muito mais complexo que o projeto de uma nova aeronave comercial, tendo a Embraer realizado este projeto com tranquilidade.

Os riscos são mínimos e o prazo para o primeiro voo é da ordem de 2,5 anos, com primeira entrega em 4 anos.

A insistência da Boeing em adquirir a Embraer resultará em atrasos e infundáveis ações judiciais e questionamentos.

Parte dos engenheiros serão contratados pela concorrência.

Os fatos concretos e suas consequências devem ser realisticamente tratados frente às leis e a técnica, não existindo margem para distorções e declarações de efeito geral, não suportadas por documentos e pela engenharia, situações essas recorrentes nos tempos atuais no mundo corporativo.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

Esta é a proposta apresentada por Wagner Rocha como um caminho para interromper o que ele chama de crime de lesa Pátria.

O termo de ajustamento de conduta é um acordo que o Ministério Público celebra com o violador de determinado direito coletivo. Este instrumento tem a finalidade de impedir a continuidade da situação de ilegalidade, reparar o dano ao direito coletivo e evitar a ação judicial.

O Termo de Ajustamento de Conduta considera o teor do artigo 127 da Constituição Federal, que atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis; bem como os termos do artigo 5º, inciso III, alínea b, da Lei Complementar n. 75/1993, segundo o qual é função institucional do Parquet a defesa do patrimônio público e social.

A correção das irregularidades apontadas e a imediata interrupção dos seus efeitos lesivos em curso, aos acionistas brasileiros e estrangeiros, podem ser reparados. A divulgação pela mídia da “união” da engenharia da Boeing com a Embraer, processo que já está a se iniciar, constitui exemplo de um efeito lesivo.

Torna-se essencial, face aos efeitos lesivos em curso, que um eventual Termo de Ajustamento de Conduta se desenvolva e estabeleça num prazo curto.

Considerando as irregularidades apontadas, é de se prever que certamente poderemos iniciar os questionamentos via processo judicial.

Leia a íntegra no site.